

**Universidade Federal do Rio de Janeiro**

**REFERÊNCIA NOMINAL, PRONOMINAL E ANÁFORA ZERO NA FALA  
FORMAL**

por

**TALITA MOREIRA DE OLIVEIRA**

Programa de Pós-Graduação em Linguística

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Faculdade de Letras da UFRJ como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Linguística.  
Orientadora: Vera Lúcia Paredes P. da Silva

**Rio de Janeiro**

**Fevereiro de 2010**

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

## DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

OLIVEIRA, Talita Moreira. *Referência nominal, pronominal e anáfora zero na fala formal*. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro, Faculdade de Letras/UFRJ. 2010.

### Banca Examinadora

---

Orientadora: Professora Doutora Vera Lúcia Paredes Pereira da Silva – Linguística - UFRJ

---

Professora Doutora Maria Maura Cezário - Linguística - UFRJ

---

Professora Doutora Márcia dos Santos Machado Vieira – Letras Vernáculas - UFRJ

---

Professora Doutora Christina Abreu Gomes – Linguística - UFRJ

---

Professora Doutora Maria Eugênia Lamoglia Duarte – Letras Vernáculas - UFRJ

Defendida a Dissertação.  
Conceito:  
Em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2010.

*À minha família e aos meus amigos pelo apoio  
incondicional.*

## AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha querida orientadora, Vera Paredes, por me inculcar o amor à linguística, pela paciência, pela generosidade e por me inspirar não apenas como profissional mas como ser humano tão admirável. Graças a ela também que conheci as meninas do PEUL: Alaine, Fabíola, Ana Paula e Lívia. Amigas queridas, lindas, inteligentes, prestativas. Depois, no mestrado, o grupo aumentou. Conheci a Leila, a Gabrieli e a Jaqueline – pessoas tão especiais quanto as primeiras.

Aos professores da graduação e pós-graduação cuja competência é inquestionável. Tive a sorte de conhecer profissionais que trabalham por amor, que respeitam os seus alunos e que os ajudam simplesmente por ouvir ou dando conselhos e sugestões.

Aos meus pais que, mesmo sem saber exatamente o que eu estava fazendo, apoiavam e se orgulhavam da filha.

Ao meu querido irmão. Como já nos desentendemos, mas hoje entendo perfeitamente o porquê: somos iguais! Somos iguais na teimosia, somos iguais na paixão. E, apesar de ainda ser um pouco imaturo e muito impulsivo, sei que ele é melhor do que eu. Como amo o meu menino!

À minha amada avó: mulher forte em um corpo já debilitado com uma sabedoria que não se encontra em livros mesmo tendo estudado tão pouco. Meu porto seguro, onde encontro apoio, carinho, amor e paz.

Aos meus tios, primos e amigos. Pessoas especiais e compreensivas que entendiam a minha ausência por causa dos trabalhos, me apoiavam e me ouviam quando eu estava

feliz e também nos momentos de dúvida e desânimo. Não cito nomes por serem muitos e por medo de, injustamente, esquecer alguém.

E agradeço principalmente a Deus por ter posto todas essas pessoas maravilhosas na minha vida e, através deles, ter me dado força e iluminado o meu caminho.

Agradeço também à CAPES pela ajuda financeira através da concessão da bolsa.

Gostaria de terminar os agradecimentos com um desabafo: como é mais fácil classificar rótulos quanto à semântica ou uma retomada quanto à escala de conexão discursiva quando tentamos encaixar as pessoas em grupos pré-estabelecidos! Minha família me compõe – fazem parte de mim. Sou resultado de suas experiências, de suas escolhas, de suas vidas. Meus amigos são muito mais do que simples amigos. São como irmãos que fui reconhecendo ao longo da minha vida. A todos, o meu muito obrigada.

O valor das coisas não está no tempo em que elas duram, mas na intensidade com que acontecem. Por isso existem momentos inesquecíveis, coisas inexplicáveis e pessoas incomparáveis.

Fernando Pessoa

OLIVEIRA, Talita Moreira. *Referência nominal, pronominal e anáfora zero na fala formal*. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro, Faculdade de Letras/UFRJ. 2010.

## RESUMO

Este trabalho investiga a continuidade referencial em *discursos oficiais*, isto é, proferidos em situações muito formais, como as Assembléias Gerais da Organização das Nações Unidas e as sessões de posse na Academia Brasileira de Letras. É considerada a continuidade de referentes de 3ª pessoa, identificáveis (definidos e determinados), na posição de sujeito e em orações com verbos finitos e suas formas de expressão variantes: sintagmas nominais, pronomes e anáforas zero. Associando a perspectiva teórico-metodológica variacionista a conceitos do funcionalismo americano, utilizamos a escala de conexão discursiva, o traço de animacidade do referente, a ambiguidade, a ênfase (ou contraste), o tipo sintático da oração, os tipos textuais e a situação comunicativa como variáveis neste estudo. Além disso, foram consideradas na análise duas situações: o preenchimento ou não do sujeito e, no caso de sujeito preenchido, se o preenchimento ocorria através do nome ou do pronome.

Os fatores que se mostraram sistematicamente mais relevantes nesta investigação foram a ambiguidade, os tipos de oração e a escala de conexão discursiva. Os tipos de texto, na análise do sujeito preenchido vs. não-preenchido, e a ênfase, em nome vs. pronome, também se mostraram significativos. Observou-se que contextos ambíguos, orações principais e independentes e graus que indicam conexão de discurso menor favorecem a presença de sujeitos e retomadas nominais. As sequências expositiva/explicativa e argumentativa e o caráter não-enfático ainda favorecem preenchimento do sujeito e o uso do nome, respectivamente.



OLIVEIRA, Talita Moreira. *Referência nominal, pronominal e anáfora zero na fala formal*. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro, Faculdade de Letras/UFRJ. 2010.

### ABSTRACT

This dissertation investigates the referential continuity in official speeches, that is, speeches uttered in very formal situations, as the General Assemblies of the Organization of the United Nations and inauguration sessions in the Brazilian Academy of Letters. 3rd person referents continuity is the focus of the analysis. The referents must be identifiable (defined and determined), in subject's position and in finite verb clauses and their variant expressions can be noun phrases, pronouns and zero anaphoras. Adopting Labov's theory of variation and some concepts of Functionalism as theoretical and methodological approach, we used discourse connectedness, animacy of the referent, ambiguity, emphasis (or contrast), clause's syntactic type, text types and the communicative situation as variables in this study. Besides, two variable situations were considered in the analysis: subject presence vs. subject omission and, in the case of subject presence, whether it was coded by the noun or by the pronoun.

The factors that showed systematically more relevance in this investigation were ambiguity, clause's syntactic type and discourse connectedness. The text types, in the subject presence vs. subject omission, and emphasis, in noun vs. pronoun, were also significant. It was observed that ambiguous contexts, main and independent clauses and degrees that indicate weaker discourse connectedness favor the presence of subjects and nominal expression. Expositive/explicative and argumentative sequences and the non-emphatic feature still favor subject presence and the use of the noun, respectively.

## **SINOPSE**

Retomadas nominais, pronominais e anáfora zero na posição de sujeito em *discursos oficiais* (sessões da ABL e da ONU) numa perspectiva variacionista laboviana. Influência da escala de conexão discursiva, do traço de animacidade do referente, da ambiguidade, da ênfase (ou contraste), do tipo sintático da oração, dos tipos textuais e da situação comunicativa na escolha entre as três variantes.

## SUMÁRIO

<b>LISTA DE TABELAS .....</b>	<b>12</b>
<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>13</b>
<b>2. PRESSUPOSTOS TEÓRICOS.....</b>	<b>17</b>
<b>2.1. O Funcionalismo .....</b>	<b>17</b>
2.1.1. A Escola Linguística de Praga .....	18
2.1.2. O Funcionalismo linguístico norte-americano .....	21
2.1.3. Informatividade.....	23
2.1.4. Continuidade tópica ou referencial e variação na expressão da 3ª pessoa.....	27
<b>2.2. Gêneros e tipos textuais.....</b>	<b>30</b>
<b>2.3. A Teoria da Variação.....</b>	<b>35</b>
<b>3. METODOLOGIA.....</b>	<b>37</b>
<b>3.1. Escolha, constituição e delimitação do <i>corpus</i>.....</b>	<b>37</b>
<b>3.2. Discursos oficiais .....</b>	<b>40</b>
3.2.1. Temas e estrutura dos discursos .....	40
3.2.2. Algumas formalidades da ABL e da ONU .....	44
<b>3.3. Tratamento dos dados.....</b>	<b>46</b>
<b>4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS.....</b>	<b>49</b>

<b>4.1. Sujeito preenchido vs. não-preenchido.....</b>	<b>49</b>
4.1.1. Ambiguidade.....	52
4.1.2. Tipo sintático da oração.....	54
4.1.3. Escala de conexão discursiva .....	57
4.1.4. Sequências textuais.....	67
4.1.5. Animacidade.....	76
4.1.6. Ênfase (ou contraste).....	81
4.1.7. Situação comunicativa .....	84
<b>4.2. Nome vs. pronome.....</b>	<b>87</b>
4.2.1. Ambiguidade.....	87
4.2.2. Tipo sintático da oração.....	88
4.2.3. Escala de conexão discursiva.....	89
4.2.4. Ênfase (ou contraste).....	90
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>92</b>
<b>6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>97</b>
<b>7. ANEXOS .....</b>	<b>102</b>

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1:</b> panorama geral da distribuição dos dados.....	<b>50</b>
<b>Tabela 2:</b> distribuição geral dos dados quanto à ambiguidade.....	<b>53</b>
<b>Tabela 3:</b> influência do caráter ambíguo/não-ambíguo na presença de sujeitos.....	<b>53</b>
<b>Tabela 4:</b> distribuição geral dos dados quanto ao tipo sintático da oração.....	<b>56</b>
<b>Tabela 5:</b> influência do tipo de oração na presença do sujeito.....	<b>57</b>
<b>Tabela 6:</b> distribuição geral dos dados quanto à escala de conexão discursiva.....	<b>66</b>
<b>Tabela 7:</b> influência da conexão discursiva na presença de sujeitos.....	<b>67</b>
<b>Tabela 8:</b> distribuição geral dos dados quanto às sequências textuais.....	<b>75</b>
<b>Tabela 9:</b> influência da sequência textual na presença do sujeito.....	<b>76</b>
<b>Tabela 10:</b> distribuição dos dados quanto ao traço de animacidade.....	<b>78</b>
<b>Tabela 11:</b> distribuição dos dados quanto ao traço de animacidade nas amostras.....	<b>79</b>
<b>Tabela 12:</b> influência do caráter animado/inanimado na presença de sujeitos.....	<b>79</b>
<b>Tabela 13:</b> influência do caráter ambíguo/não-ambíguo no traço de animacidade na presença de sujeitos .....	<b>80</b>
<b>Tabela 14:</b> influência do caráter animado/inanimado na presença de pronomes.....	<b>81</b>
<b>Tabela 15:</b> influência do caráter enfático na presença de sujeitos.....	<b>83</b>
<b>Tabela 16:</b> distribuição dos dados de acordo com a situação comunicativa.....	<b>85</b>
<b>Tabela 17:</b> influência da situação comunicativa na presença de sujeitos.....	<b>85</b>
<b>Tabela 18:</b> influência do caráter ambíguo/não-ambíguo no uso do nome.....	<b>87</b>
<b>Tabela 19:</b> influência do tipo de oração no uso do nome.....	<b>89</b>
<b>Tabela 20:</b> influência da conexão discursiva no uso do nome.....	<b>90</b>
<b>Tabela 21:</b> influência do caráter enfático no uso do nome.....	<b>91</b>

## 1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho investiga a continuidade referencial, isto é, como um referente que já foi introduzido no discurso é retomado, na função de sujeito – se por um pronome, por outro nome ou pela anáfora zero – na fala formal, representada por *discursos oficiais* de políticos e embaixadores brasileiros nas Assembléias Gerais da Organização das Nações Unidas (doravante ONU) e discursos de posse de acadêmicos na Academia Brasileira de Letras (doravante ABL). Os *discursos oficiais* retratam a fronteira do falado e do escrito formal – na verdade, podemos dizer que esses discursos se aproximam mais da escrita formal uma vez que são previamente escritos para, depois, serem lidos.

De acordo com a gramática tradicional, as retomadas de referentes seriam feitas preferencialmente por pronomes ou anáfora zero e a introdução de um novo referente seria feita através de um nome. Assim, seguindo tal afirmação, investigo, a partir da análise do *corpus*, as estratégias de retomar as informações evocadas (conhecidas, já previamente dadas): através da retomada nominal – podendo ser usado o mesmo sintagma nominal, como em (1)<sup>1</sup>, ou outro nome (2); da retomada pronominal, seja por um pronome pessoal (3) seja por um pronome demonstrativo (4); ou ainda através de uma anáfora zero (5) – ou, melhor dizendo, a omissão:

(1) “*Chico* era religioso? Alguns garantem que não. Mas Dom Marcos conta que, em seus últimos anos, Chico assistia às missas cantadas de domingo no Mosteiro de São Bento” (Discurso de posse na ABL – nº 3)

---

<sup>1</sup> Em itálico, temos a primeira menção do referente e a informação dada (ou velha) é o item sublinhado.

(2) “Ao longo de sessenta anos de convívio com *Austregésilo de Athayde*, ao analisarmos os problemas e inquietações que vinham desaguar na redação em que cada um exercia o ofício que nos identificava, jamais nos separamos, após um franco debate de idéias, sem um acordo de julgamento.

A única vez em que o velho e querido companheiro não admitiu contestação foi quando, ao receber a carta em que alinhei os motivos que me induziam a resignar à generosa indicação do meu nome para a Academia, decidi não apreciá-la.” (Discurso de posse na ABL – nº 4)

(3) “Embora *o progresso material dos povos* seja, em boa medida, produto de seu próprio e insubstituível esforço, é evidente que ele depende da prevalência de um ambiente externo favorável.” (Discurso na ONU – nº 4)

(4) “A última década, se foi propícia às liberdades públicas e ao pluralismo político, foi cruel e parcimoniosa para *o desenvolvimento econômico*. Esse, no entanto, é crucial para a consolidação das próprias instituições democráticas.” (Discurso na ONU – nº 2)

(5) “*Testes nucleares* solapam os esforços pelo desarmamento e Ô põem em cheque a conclusão de um Tratado Abrangente de Proibição de Testes Nucleares.” (Discurso na ONU – nº 6)

Como o tema central desta dissertação é a alternância nome-pronome-zero na retomada de um referente, na língua falada culta, trata-se de um fenômeno de variação

linguística. Assim, é adotada a abordagem variacionista laboviana associada a pressupostos funcionalistas.

Segundo Paredes Silva (2003), a realização do sujeito está relacionada à predizibilidade do seu referente: a necessidade de expressão fonética é maior quanto menos previsível for a informação, assim como quanto mais estreita a conexão entre o sujeito e seu antecedente maior a possibilidade de termos um sujeito nulo. Na escrita informal, por exemplo, estudos a respeito da maior ou menor expressão fonética relacionada ao grau de predizibilidade da informação (Paredes Silva 1988, 1993) mostraram que fatores de natureza discursivo-funcional como a conexão discursiva, a ambiguidade e a ênfase ou contraste são relevantes na expressão do sujeito para todas as pessoas gramaticais.

Algumas questões a serem respondidas nesta pesquisa são:

- (i) como um referente é retomado na fala culta formal?
- (ii) haveria fatores de ordem sintática influenciando na escolha?
- (iii) haveria aspectos semânticos ou discursivos que favoreceriam o uso de uma das formas na continuidade referencial?
- (iv) haveria influência dos tipos de texto na escolha de uma das variantes?

Desta forma, as variáveis investigadas nesta pesquisa são: (i) a conexão discursiva; (ii) o traço de animacidade do referente; (iii) a ambiguidade, (iv) a ênfase (ou contraste), (v) os tipos de oração, (vi) os tipos textuais e (vii) a situação comunicativa.

No capítulo 2 são apresentados os pressupostos teóricos que fundamentam este trabalho: o Funcionalismo linguístico norte-americano, particularmente através dos princípios da informatividade e da continuidade tópica ou referencial; a Teoria da Variação



Laboviana; algumas noções referentes à análise de gêneros, como os conceitos de domínio discursivo, gênero e tipo de texto.

No capítulo 3 descrevemos como foram feitas a escolha, a constituição e a delimitação do *corpus* trabalhado, além de comentar os temas e a estrutura dos *discursos oficiais* e mostrar algumas formalidades relacionadas à ONU e à ABL. Também será exposto como se deu o tratamento dos dados.

No capítulo 4 detalhamos as variáveis e discutimos os resultados estatísticos – mostrados nas tabelas referentes às duas formas de análise consideradas: preenchimento vs. não-preenchimento do sujeito e uso do nome vs. pronome.

Seguem-se, então, as considerações finais e referências bibliográficas. Nos anexos, encontra-se parte do material analisado, correspondendo a um exemplar de discurso na ONU, no anexo 1, e um de discurso de posse na ABL, no anexo 2.

## 2. PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

### 2.1. O funcionalismo

O funcionalismo é, diferentemente das abordagens formalistas, uma corrente linguística que estuda a estrutura gramatical das línguas e os contextos comunicativos em que são usadas (Cunha In: Martelotta 2008). Ou, como é explicado por Cunha, Oliveira e Martelotta (2003), trata-se de

“(…) uma linguística baseada no uso, cuja tendência principal é observar a língua do ponto de vista do contexto linguístico e da situação extralinguística. De acordo com essa concepção, a sintaxe é uma estrutura em constante mutação em consequência das vicissitudes do discurso. Ou seja, a sintaxe tem a forma que tem em razão das estratégias de organização da informação empregadas pelos falantes no momento da interação discursiva. Dessa maneira, para compreender o fenômeno sintático, seria preciso estudar a língua em uso, em seus contextos discursivos específicos, pois é nesse espaço que a gramática é constituída.” (p.23 e 24)

Para os funcionalistas, a linguagem é como um “instrumento de interação social” (Martelotta *op. cit.* p.157). Eles buscam explicar, através da análise de dados reais da fala e da escrita, as regularidades da língua. Consideram a língua um mecanismo adaptável, moldável de acordo com as situações comunicativas. A gramática funcional, portanto, procura explicar as regularidades das línguas através do uso da língua.

Votre e Naro (1989), ao apresentarem uma crítica aos chamados modelos *formais*, explicitam que a linha de estudo por eles adotada “consiste de uma análise linguística no discurso” (grifo meu) e, a partir daí, a construção de generalizações. Ao defenderem que o

que, na visão formalista, seria considerado arbitrário tinha como respaldo a motivação discursiva, os autores afirmaram que “as regularidades devem ser procuradas no discurso, o que equivale a dizer que a abordagem formal, ao debruçar-se sobre a sintaxe, está procurando regularidades e explicações no lugar errado” (p.176).

De acordo com a análise dos autores, a ordem verbo-sujeito, por exemplo, seria condicionada por razões de natureza comunicativa. Assim, ela estaria ligada à oposição figura/fundo, à noção de cadeia tópica, à transitividade e ao fluxo informacional, e não apenas a uma questão centrada na transitividade do verbo.

Segundo Cunha (In: Martelotta 2008:158), o funcionalismo caracteriza-se por:

- a) a língua desempenhar funções que são externas ao sistema linguístico em si;
- b) as funções externas influenciarem a organização interna do sistema linguístico.

Para Neves 1997, “a relação entre a intenção do falante e a interpretação do destinatário é *mediada*, mas não *estabelecida*, pela expressão linguística” (p.20).

### **2.1.1. A Escola Linguística de Praga**

A *Escola Linguística de Praga*, que se originou no *Círculo Linguístico de Praga* fundado pelo linguista Vilém Mathesius em 1926, consiste em um grupo de estudiosos responsáveis pelas primeiras análises funcionalistas. Para esses estudiosos, “a linguagem, acima de tudo, permite ao homem reação e referência à realidade extralinguística” (Neves

1997:17). A Escola de Praga é responsável pelos fundamentos teóricos básicos do funcionalismo e por análises que consideram parâmetros pragmáticos e discursivos.

Segundo Neves (op.cit), a abordagem da Escola de Praga pode ser explicada como um “estruturalismo funcional” uma vez que, de acordo com as *Thèses* (1929 *apud.* Neves 1997) do Círculo Linguístico de Praga “a língua é um sistema funcional, no qual aparecem, lado a lado, o estrutural (sistêmico) e o funcional” (p.17). Ou, ainda segundo a autora, a visão funcional da Escola de Praga está na definição de língua,

“(…) vista como um “sistema de meios apropriados a um fim” (Thèses, 19269; *apud* Ilari, 1992, p.25), e um “sistema de sistemas” (Ilari, 1992, p.24), já que a cada função corresponde um subsistema. Diferentemente do que se postula nas concepções estruturalistas em geral, todos esses subsistemas dizem respeito à mesma unidade, a frase. Distinguem-se “níveis sintáticos” de organização da frase, abrigando-se nesses níveis a semântica – uma gramática de casos – e a pragmática – uma gramática da comunicação, definida pela imagem do interlocutor” (p.18)

Conforme explica Neves 1997, a frase é tida como uma unidade comunicativa que veicula informações e firma ligação com a situação de fala e com o texto linguístico. Para isso, é analisada a frase realizada. O contexto é essencial para a sua interpretação.

De acordo com Cunha (In: Martelotta 2008), a Escola de Praga obteve maior projeção nos estudos fonológicos, tendo como principais representantes Nikolaj Trubetzkoy, a quem se deve a teoria estruturalista do fonema, a noção de contraste funcional para distinguir a fonética da fonologia e o conceito de traços distintivos, por exemplo; e Roman Jakobson, que utilizou o conceito de marcação na morfologia, antes empregado apenas na fonologia.

Nos estudos referentes à estrutura gramatical das línguas, a partir das idéias de Mathesius, originou-se a teoria da perspectiva funcional da sentença. Tal teoria consiste em

“um tipo de análise em termos da informação transmitida pela organização das palavras” (Cunha In: Martelotta 2008:160). Por exemplo, um termo tido como informação dada (ou velha), um termo que já foi mencionado, geralmente aparece no início da frase, como em (6) abaixo:

(6) “De repente, descubro o que essa Cadeira tem de característico: a Cadeira nº 13, por não ter uma vocação própria, ilustra a vocação da *Academia*, que é o pluralismo. A Academia é um agregado de diferenças, diferenças regionais, diferenças profissionais, diferenças políticas, diferenças de idade, diferenças de sexo”. (discurso de posse na ABL – nº 3)

A informação é tida como “um processo de interação entre o que já é conhecido ou predizível e o que é novo ou imprevisto” (Halliday, 1985 *apud*. Martelotta, 2008:160). A frase, assim, pode ser analisada no nível comunicativo.

Já Jan Firbas, segundo Cunha (In: Martelotta *op.cit*), desenvolveu “um modelo da estrutura informacional da sentença que buscava analisar sentenças efetivamente enunciadas para determinar sua função comunicativa” (p.161). Segundo esse modelo, as partes da sentença podem ter um grau maior ou menor de dinamismo comunicativo dependendo do *status* informacional: a informação *dada* possui uma quantidade de informação transmitida menor, uma vez que o referente já é conhecido, tendo, assim, um grau de dinamismo menor. No caso da informação *nova*, temos o grau máximo de dinamismo. A informação *dada* é denominada *tema* (“elemento comunicativamente

estático”, segundo Neves 1997) e a *nova* é denominada *rema* (“elemento comunicativamente dinâmico”).

### **2.1.2. O Funcionalismo linguístico norte-americano**

A partir de 1975, graças aos trabalhos “The origins of syntax in discourse: a case study of Tok Pisin relatives”<sup>2</sup> e “From discourse to syntax: grammar as a processing strategy”<sup>3</sup>, um novo funcionalismo se propagou nos Estados Unidos.

De acordo com Cunha, (In: Martelotta 2008) “Os funcionalistas norte-americanos advogam que uma dada estrutura da língua não pode ser proveitosamente estudada, descrita ou explicada sem referência à sua função comunicativa” (p.163).

Por exemplo, do ponto de vista da abordagem funcional, a presença ou ausência do pronome na posição de sujeito também estaria ligada a “motivações externas ao sistema linguístico, colocadas nas pressões de natureza comunicativa a que falante e ouvinte estão submetidos” (Paredes Silva, 2003). A gramática, então, deve ser entendida como a regularização de experiências comunicativas prévias, ou seja, é mutável, é adaptável.

Alguns princípios fundamentais da corrente funcionalista americana são a informatividade, a continuidade tópica, a iconicidade, a marcação, a transitividade e os planos discursivos. Os princípios da informatividade e da continuidade tópica ou

---

<sup>2</sup> De Sankoff e Brown (1976)

<sup>3</sup> De Givón (1979)

referencial, princípios básicos ligados ao funcionalismo e pertinentes a este trabalho, serão tratados nas seções seguintes.

A iconicidade é entendida como a correlação entre forma e função, entre o código linguístico – expressão – e seu significado – conteúdo. Para os linguistas funcionais, a estrutura da língua reflete a estrutura da experiência (Cunha, Oliveira e Martelotta 2003). Segundo Cunha, Costa e Cezario (In: Cunha, Oliveira e Martelotta op. cit), “como a linguagem é uma faculdade humana, a suposição geral é que a estrutura linguística revela as propriedades da conceitualização humana do mundo ou as propriedades da mente humana” (p.30).

A iconicidade possui três subprincípios: o subprincípio da quantidade (quanto mais informação, maior a quantidade de expressão, da mesma maneira em que é esperado que algo simples seja representado de forma simples), o subprincípio da integração (os conteúdos mais próximos cognitivamente estarão mais próximos na codificação) e o subprincípio da ordenação linear (os elementos são ordenados no enunciado conforme a ordem de importância para o falante).

O princípio da marcação consiste em contrastar dois elementos de uma determinada categoria linguística classificando um dos elementos como marcado. Um item considerado marcado possui uma complexidade estrutural maior que a do seu concorrente além de ser menos frequente e cognitivamente mais complexo.

Segundo Givón 1995, o conceito de marcação também pode ser aplicado na distinção entre o discurso formal e a conversa espontânea. Para o autor, a conversa informal é considerada não-marcada por ser mais simples já que geralmente se refere apenas a

assuntos do cotidiano (o que não ocorre nos discursos na ONU e na ABL que constituem o *corpus* deste trabalho), sendo processada cognitivamente de forma mais rápida e fácil.

Quanto à noção de transitividade, Hopper e Thompson (1980), tomando como base textos narrativos, consideram-na como uma noção escalar que leva em conta a transferência da ação do agente para o paciente através de parâmetros sintático-semânticos independentes, como o aspecto do verbo, agentividade do sujeito, polaridade da oração e participantes, por exemplo. Desta forma, toda a oração é passível de ser considerada transitiva, diferentemente do que ocorre na gramática tradicional, em que apenas o verbo é classificado quanto à transitividade.

Para os autores, a forma como o informante ordena seu texto depende dos seus objetivos comunicativos. Assim, a transitividade é associada a uma função pragmática: orações com transitividade alta são as que possuem as informações que fazem desenvolver o eixo da narrativa, a figura, enquanto que as orações com transitividade mais baixa apontam as circunstâncias que cercam os acontecimentos ou são motivadoras deles, pertencendo ao fundo.

### **2.1.3. Informatividade**

O princípio de informatividade refere-se, segundo Cunha, Costa e Cezario (In: Cunha, Oliveira e Martelotta 2003), “ao que os interlocutores compartilham, ou supõem que compartilham, na interação” (p.43). Segundo os autores, sob uma visão cognitivista,



um indivíduo se comunica com intuito de informar, seja algo real, concreto, ou algo mais abstrato, ou de manipular o interlocutor.

Para os autores, a informatividade é tratada na linguística funcionalista “principalmente a partir da classificação semântica e da codificação de referentes no discurso, demonstrando que a forma como um referente é apresentado no discurso é determinada por fatores de ordem semântico-pragmática” (p.44).

O princípio da informatividade pode ser resumido em como a informação é apresentada para o ouvinte/leitor ou, nas palavras de Chafe 1976, como a informação é “embalada”.

Em Chafe 1976, o autor trata das várias categorizações que podem ser atribuídas a um nome – dado ou novo, sujeito da frase, tópico, entre outros. Mas, o mais importante, segundo o autor, é como o conteúdo é transmitido e não o conteúdo em si. Especificamente, todas as definições estão relacionadas à avaliação do falante em como o destinatário é capaz de processar o que ele está dizendo junto ao conhecimento de um contexto particular. A linguagem só opera efetivamente se o falante considerar tais condições na mente da pessoa com quem ele está falando.

Prince (1981) mostra como o uso dos termos informação dada e informação nova são complicados, ao citar vários linguistas, como Chafe, Clark e Haviland, Halliday e Kuno, que fazem uso da distinção dado/novo mas cujas definições não coincidem.

Para a autora, há três tipos de suposições a que as noções de “dado” pertencem: preditabilidade/recuperabilidade, saliência e conhecimento partilhado.

Entende-se por preditabilidade/recuperabilidade o que o falante supõe que o ouvinte pode dizer ou poderia ter predito que um item linguístico particular iria representar dentro da sentença.

A saliência ocorre quando o falante admite que o ouvinte tem ou poderia ter alguma coisa em particular na sua consciência no momento em que ele ouviu o enunciado. De acordo com Prince 1981, este tipo é o que Chafe (1974, 1976) chama de ‘dado/novo’. Para Chafe, o referente do item ou itens lexicais deve ter sido explicitamente introduzido no contexto linguístico precedente ou estar presente no contexto físico ou ser categorizado do mesmo modo como um referente previamente introduzido ou fisicamente presente.

O conhecimento partilhado consiste no fato de o falante considerar que o ouvinte supõe ou pode inferir algo particular (mas não está necessariamente pensando nisso). A autora propõe que esse termo seja substituído por *familiaridade assumida* (ou *pressuposta*) e, a partir daí, Prince (*op.cit*) apresenta um novo modelo sobre tipo de informação em que uma entidade pode ser nova, evocada ou inferível.

A entidade nova é aquela que é introduzida pela primeira vez no discurso. Ela pode ser totalmente nova – podendo ser ancorada (se o sintagma nominal – doravante SN – que a está representando está relacionado, por meio de outro SN, ou ‘âncora’ a alguma outra entidade) e não-ancorada –, quando é criada; ou disponível, quando se presume que a entidade já é conhecida. As entidades novas são geralmente introduzidas por um artigo indefinido – desde que não sejam disponíveis no conhecimento do ouvinte (como as disponíveis). Em (7), temos, em itálico, uma entidade nova não ancorada:

(7) “O momento histórico excepcional que vivemos exige *uma nova agenda*, que incorpore a um tempo a percepção do presente e a antevisão do futuro.

A elaboração desta agenda deve levar em conta todas as dimensões do valor.” (Discurso na ONU – nº 3)

Há duas formas de uma entidade ser evocada: ou o ouvinte a tinha evocado anteriormente, em bases textuais, seguindo instruções de um falante, ou o ouvinte a evoca com base na situação. A primeira é chamada de evocada textualmente, e a segunda de evocada situacionalmente. As entidades evocadas situacionalmente representam os participantes do discurso e as características salientes do contexto extralinguístico. Os referentes evocados considerados nesta análise podem ocorrer através de uma anáfora zero, como em (8), de um pronome ou de um SN definido, como o termo sublinhado no exemplo anterior.

(8) “*Varnhagen*, historiador e diplomata, soube ir às fontes para documentar o nosso passado. Ø Agiu como os repórteres na busca dos fatos, antes de se atrever a interpretá-los.” (discurso de posse na ABL – nº 4)

No exemplo acima, além do referente evocado (sublinhado), temos, em itálico, (*Varnhagen*) um exemplo de informação nova disponível.

Uma entidade é inferível se o falante supõe que o ouvinte poderia ter inferido, por raciocínio lógico ou por raciocínio plausível, de entidades já evocadas, ou de outras

inferíveis<sup>4</sup>. Geralmente os referentes inferíveis são introduzidos por um artigo definido. Segue, abaixo, um exemplo de inferível:

(9) “A democratização do relacionamento entre as nações exige que a ordem internacional as proteja e garanta seus direitos contra atos ilícitos e abusos de poder. Não pode haver *sociedade democrática* sem a estrita observância do Direito e sem que os menos poderosos estejam ao abrigo do arbítrio dos que detêm a força e o poder. Já não é admissível, no mundo de hoje, que siga prevalecendo o célebre aforismo de Pascal, segundo o qual “não se podendo fazer com que o justo fosse forte, fez-se que o forte fosse justo”. (Discurso na ONU – nº 4)

#### **2.1.4. Continuidade tópica ou referencial e variação na expressão da 3ª pessoa**

O princípio da continuidade tópica ou referencial (Givón 1983, 1995; Paredes Silva, 1988, 2003, 2007) refere-se a como a informação expressa num referente/tópico é mantida ou retomada no discurso.

Para a gramática tradicional, um referente (uma entidade) uma vez introduzido no discurso, além de poder ser retomado pelo mesmo nome, também pode ser retomado por pronome ou mesmo ser omitido, como explicam Cunha e Cintra 1985:

“Os pronomes pessoais caracterizam-se (...) por poderem representar, quando na 3ª pessoa, uma forma nominal anteriormente expressa” (p.269).

---

<sup>4</sup> Prince distingue, entre os inferíveis, os incluídores e os não-incluídores, mas aqui não utilizaremos essa distinção.

“Os pronomes sujeitos *eu, tu, ele (ela), nós, vós, eles (elas)* são normalmente omitidos em português, porque as desinências verbais bastam, de regra, para indicar a pessoa a que se refere o predicado, bem como o número gramatical (singular ou plural) dessa pessoa” (p.275)

Tal referente seria introduzido por um SN e seria retomado, preferencialmente, por um pronome ou zero (cf. Paredes Silva, 2007). Porém, segundo a autora, esta seria

“uma visão simplista da referência, porque faz pensar em entidades discretas existentes no mundo, que receberiam uma espécie de “etiqueta” na língua. Na linguística contemporânea, a questão é colocada de outro modo: não se trata da representação de entidades do mundo na língua, mas do processo de constituição de entidades no discurso. Desse modo, a questão da alternância nome-pronome-zero ganha outra dimensão, que não a estritamente gramatical. A segunda menção de um referente deixa de ser apenas uma retomada para ser parte do processo de construção discursiva, sendo uma de suas funções categorizá-lo” (p. 626).

Para Marcuschi 1999, segundo Bezerra 2003, compreender que um texto constrói-se e desenvolve-se com base na progressão tópica e na progressão referencial é essencial. Bezerra (op.cit) explica que esta serve de base para o desenvolvimento do tópico uma vez que diz respeito à cadeia referencial, ou seja, à introdução, manutenção e retomada dos referentes, e a progressão tópica diz respeito ao tópico discursivo tratado ao longo do texto.

De acordo com Givón (1983, 1995), dentro do princípio funcionalista da continuidade tópica ou referencial, quanto mais previsível uma informação, menor a necessidade de codificação linguística, o que também é condizente com o princípio da iconicidade. Segundo Givón (1992 *apud* Freitas 2008), para que o leitor possa recuperar o referente retomado por pronome ou zero, é preciso que esse referente ainda esteja presente na sua memória. Para isso, é necessário que haja continuidade temática e ausência de competição referencial no contexto.

Givón (1983, 1995) propõe ordenar as possibilidades de expressão linguística relacionadas ao domínio funcional da referência – sua “codificação” – quanto à maior ou menor continuidade, como a escala reproduzida abaixo:

#### CONTINUIDADE MÁXIMA

- anáfora zero
- pronomes átonos ou concordância gramatical
- pronomes tônicos/independentes
- SN definido deslocado à direita
- SN definido simples
- SN definido deslocado à esquerda
- topicalização contrastiva
- construções de foco/clivadas

#### DESCONTINUIDADE MÁXIMA (Givón 1983 p.56)

Nesta pesquisa, trabalhamos principalmente com três pontos dessa escala: SN definido, o pronome e a anáfora zero. Na codificação, os dois pontos mais altos da continuidade máxima estão reunidos, pois, no português, a anáfora zero ocorre associada à concordância. Já as construções clivadas aparecem com a expressão invariável é que, como demonstrado em 4.1.6. Os SNs definidos deslocados à direita ou à esquerda e os casos de topicalização contrastiva, mais característicos da fala, não integram o nosso *corpus*.

## 2.2. Gêneros e tipos de texto

Muitas vezes os termos *gênero* e *tipo de texto* são usados como equivalentes. Os gêneros textuais, como define Bakhtin (1986), são “tipos relativamente estáveis de enunciados” que encontramos no dia-a-dia e que apresentam propriedades sócio-comunicativas definidas por conteúdos, estilo e composição característica, ou, segundo Paredes Silva 2007, “dizem respeito a atividades, são formas convencionais de organização do discurso conforme a situação comunicativa” (p.627). Consequentemente, há uma grande variedade de gêneros textuais, como sermão, carta pessoal, romance, aula expositiva, notícia jornalística e, entre eles, os discursos que compõem esta pesquisa, *discursos oficiais* (cf. Marcuschi 2001), a saber discursos de posse de acadêmicos (ABL) e discursos de políticos na ONU.

Como o termo “discurso” tem muitas acepções em linguística, adotando uma classificação feita por Marcuschi (op.cit.), os discursos na ONU e na ABL são considerados “oficiais” por serem proferidos em ocasiões muito específicas, solenes, e que exigem um alto grau de formalidade – não há interrupções dos ouvintes, por exemplo. O corpus será tratado mais detalhadamente na metodologia.

Para Marcuschi 2002 a comunicação verbal só é possível através de um gênero textual. O autor afirma que essa posição também é defendida por diversos autores, entre eles Bakhtin (1997) e Bronckart (1999). O que há em comum entre aqueles que defendem tal posição é a forma como veem a língua – a língua é vista como atividade social, histórica e cognitiva.

De acordo com Swales (1990), o propósito comunicativo molda o gênero – determina sua estrutura interna e impõe limites quanto às possibilidades de ocorrências linguísticas e retóricas, ou, nas palavras do próprio autor:

“Um gênero inclui uma classe de eventos comunicativos, os membros de uma comunidade discursiva compartilham propósitos comunicativos. Estes propósitos são reconhecidos pelos membros especialistas da comunidade discursiva de origem, e assim constituem a razão de ser do gênero. Esta razão molda a estrutura esquemática do discurso e influencia e restringe a escolha de conteúdo e estilo.” (p. 58)

Já os *tipos de texto* são caracterizados a partir de propriedades internas à língua, de marcas formais – “as marcas de tempo, aspecto e modo do verbo; a natureza semântica do verbo; a centração na primeira, segunda ou terceira pessoa; a unidade semântica focalizada (entidades, eventos, proposições, etc)”, como explica Paredes Silva (2007:627). Enquanto os gêneros parecem ser ilimitados, há, dependendo do autor, em torno de seis *tipos de texto*. Os tipos *narrativo, descritivo e argumentativo* parecem ser os reconhecidos por mais autores, sem discordância. Adam, conforme explica Bronckart (1999:218), por exemplo, não considera o tipo *injuntivo* por achar que a injunção faz parte da descrição e que não haveria o tipo *expositivo* – este seria ou *descritivo* ou *explicativo*. Por outro lado, o autor é o único a considerar o tipo *dialogal*.

Para Paredes Silva (op.cit), os tipos de texto formariam um nível de estruturas linguísticas em potencial, disponíveis para o falante, enquanto que os gêneros discursivos formariam o nível do uso. Neste nível, as estruturas seriam atualizadas nas situações comunicativas com possibilidade de haver uma mescla composicional entre os variados tipos, ou seja, gêneros complexos com tipos de texto diversos, como o discurso acadêmico, por exemplo, que pode possuir os tipos narrativo e descritivo.



Apesar de não haver uma relação biunívoca texto-gênero na maioria dos textos, devido a sua composição heterogênea, há os tipos de texto, ou, como prefere chamar Adam (*apud* Bronckart (1999:218)), sequências textuais, que apresentam formas estáveis de textualização. Dispondo da intenção de cada sequência – narrativa, para contar histórias; argumentativo, para sustentação de raciocínio ou idéia – o escritor/falante lançará mão de sua estrutura para assim expor seu texto, falado ou escrito, com propriedade, na expectativa de fazer a melhor comunicação, mesmo que não tenha consciência da tipologia que escolheu.

Conforme explica Adam, pode-se compreender que as sequências textuais são um conjunto de integrações e organizações macroproposicionais<sup>5</sup> que combinam diversas proposições, possibilitando, assim, a organização linear do texto numa combinação articulada com outros tipos de sequências. Poucos textos apresentam homogeneidade.

Quanto à classificação dos *tipos textuais*, como há uma certa divergência a respeito dos tipos existentes, optei por trabalhar com a proposta de Adam (*apud* Bronckart 1999), considerando as sequências narrativas, descritivas, explicativas/expositivas e argumentativas. Como uma das variáveis desta pesquisa é a *tipologia textual*, as características de cada sequência serão apresentadas adiante, na seção sobre as variáveis linguísticas (4.1.4).

Outra noção associada muitas vezes aos conceitos de *gênero e tipo textual* é a de *domínio discursivo*. Segundo Marcuschi 2002, trata-se de “uma esfera ou instância de produção discursiva ou de atividade humana” (p.22). Esses domínios, segundo o autor,

---

<sup>5</sup> Bronckart (1999:219), para melhor clareza e entendimento, prefere substituir a nomenclatura *macroproposicional* por *fase*.

favorecem discursos bem específicos. Ele cita, como exemplos de domínios discursivos, os domínios jurídico, jornalístico e religioso, pois as atividades jurídica, jornalística e religiosa não compreendem um gênero em particular, mas originam vários gêneros – são “práticas discursivas dentro das quais podemos identificar um conjunto de gêneros textuais que, às vezes, lhe são próprios (em certos casos exclusivos) como práticas ou rotinas comunicativas institucionalizadas.” (p. 22 e 23). No nosso caso, temos um mesmo gênero, “discurso oficial”, em dois domínios discursivos diferentes: o acadêmico e o político – o que demonstra que *gênero* e *domínio discursivo* são dois conceitos diferentes.

O termo estilo pode ser usado como equivalente de registro. Temos vários registros ou graus de formalismo: informal, semiformal, formal, hiper-formal, etc. É tido como formal o registro que apresenta uma linguagem mais preocupada quanto à adequação com a sua audiência e como informal aquele que se manifesta de forma mais distensa. Geralmente, o discurso formal é associado à escrita e o informal à fala. Porém, muitos autores, como Tannen 1982; Kato 1987; Biber 1988; Marcuschi 1994, entre outros, consideram a língua falada e a escrita – e a formalidade – como um continuum, em que se situam os gêneros. O extremo mais informal é exemplificado pela conversa espontânea, na fala, e por bilhetes, na escrita, e o mais formal pela escrita acadêmica e discursos oficiais. Nesse sentido, são os gêneros que parecem estar em gradação, e não a modalidade oral/escrita.

Tanto a modalidade oral quanto a escrita podem realizar-se através de diversos gêneros. Às vezes, até os mesmos ocorrem na fala e na escrita, como uma *piada* ou *sermão*, por exemplo, e também estão presentes nos vários domínios discursivos. Além disso, há que considerar os vários graus de formalidade, que, de acordo com Bezerra 1998,

“vão do texto *oratório* (texto elaborado, usado em situação muito formal, principalmente por especialistas do tipo advogados e políticos) até o íntimo ou *familiar* (texto pessoal, privado, com presença marcante da linguagem afetiva). Entre um extremo e outro, há o *deliberativo* (texto previamente preparado, destinado a público médio ou grande, do qual o locutor se distancia e, linguisticamente, caracterizado por frases curtas, vocabulário variado para evitar repetição lexical desnecessária); o *coloquial* (diálogo cotidiano entre os interlocutores, sem preparação prévia, caracterizado por repetições, frases curtas, hesitações, vocabulário usual); e o *coloquial distenso* ou casual (texto que retrata a integração total entre os interlocutores, caracterizado por omissões de vocábulos, por descuido na pronúncia, por uso da gíria, de dêiticos em abundância, por grande dependência da situação comunicativa).” (Bezerra 1998 p.30)

Segundo Bezerra (op.cit), os textos orais também são estruturados de acordo com o que o falante sabe sobre o ouvinte. Segundo a autora, para Halliday, McIntosh e Stevens (1974), “essas informações são o status desse interlocutor; o conhecimento sobre o assunto a ser abordado que o falante supõe ter o ouvinte; a deferência do falante em relação ao interlocutor (as estratégias de polidez, conforme Brown e Levinson, 1987) e a norma linguística a ser usada que o locutor pressupõe ser a esperada pelo interlocutor” (p.30). Presume-se que, nos *discursos oficiais* usados nesta pesquisa, devido à grande formalidade das situações em que ocorrem, os informantes optem pelo uso mais culto da língua e pelo alto grau de polidez. No contínuo fala-escrita, Marcuschi (2001) coloca o *discurso oficial* como o mais próximo da escrita, ao lado de conferências e exposições acadêmicas. Como dito anteriormente, os discursos na ONU e na ABL são escritos antes de serem proferidos. Assim, o meio de produção é oral, mas a concepção é escrita (cf. Marcuschi op.cit.).

### 2.3. A Teoria da Variação

A Teoria da Variação é um modelo teórico-metodológico que tem como pressupostos o princípio da heterogeneidade linguística e o caráter sistemático da variação, ou seja, a variação é estruturada, não é aleatória, portanto, previsível. Tem como objeto de estudo a língua em uso, num contexto social em que a variação se pode fazer presente condicionada por fatores sociais ou externos e por variáveis linguísticas ou internas. Ainda de acordo com essa teoria, toda língua natural apresenta “formas que podem alternar entre si, num mesmo contexto, com um mesmo valor de verdade” (cf. Tarallo, 1997). Assim, é possível, através da teoria da variação, investigar um fenômeno linguístico variável ao tentar identificar o que condiciona a escolha entre as formas variantes.

Originalmente, segundo Bezerra (2003), a Teoria da Variação “foi criada para dar conta da variação em nível fonético-fonológico, mas tem sido aplicada com sucesso a fenômenos sintáticos e discursivos.” (p.40). Porém, como explica Paredes Silva 2007 (In: MOLLICA & BRAGA, 2007), preservar o conceito de “manutenção do significado nas formas alternantes” (Paredes Silva op.cit. p.68) ao investigar fenômenos sintáticos e discursivos se mostrou um pouco problemático.

Como revela a autora, Weiner e Labov (1983) e Lavandera (1984) tinham visões diferentes. Para os primeiros, o tratamento variacionista seria possível quando houvesse a manutenção do valor de verdade, a equivalência semântica. Já para a segunda, o conceito de manutenção do significado deveria ser substituído pelo que ela chama de “comparabilidade funcional”: as estruturas que possuíssem a mesma função comunicativa,

mas não obrigatoriamente o mesmo significado, seriam variantes de uma determinada variável.

O estruturalismo e o gerativismo não consideravam a variação em suas análises. Alguns linguistas que não estavam satisfeitos com as metodologias vigentes acabaram procurando outros caminhos, entre eles William Labov, responsável pelo surgimento da sociolinguística variacionista.

Segundo Cezario e Votre (In: Martelotta 2008), Labov entende a linguística como uma ciência do social, portanto, a sociolinguística pode ser compreendida como “a linguística com ênfase na atenção às variáveis de natureza extralingüística” (p.146).

De acordo com Labov 1972, o sistema linguístico não é autônomo, não há como obter resultados sobre relações estruturais dentro de um sistema linguístico sem levar em conta o uso real e a situação em que ela ocorre. Para o autor, toda linguística é necessariamente sociolinguística.

O foco de interesse deste trabalho está centrado na alternância entre as expressões nominal, pronominal e anáfora zero na expressão de referentes já mencionados e os casos em que se privilegiaria o emprego de cada uma das alternativas. Como é possível a alternância, pode-se aplicar a esses dados um tratamento variacionista.

Segundo Paiva e Duarte (In: WEINREICH; LABOV & HERZOG 2006), os princípios funcionalistas e variacionistas possuem um ponto essencial em comum: ambos consideram que a língua só pode ser estudada dentro de um contexto, no seu uso. Os grupos de fatores revelam como a língua em uso se estrutura e, a partir da análise de tais grupos, é possível determinar quais os fatores que favorecem ou não uma variante.

### 3. METODOLOGIA

#### 3.1. Escolha, constituição e delimitação do *corpus*

No início da pesquisa, por causa do trabalho de Iniciação Científica<sup>6</sup>, tínhamos um *corpus* composto por inquéritos, na categoria *elocução formal* – doravante EFs – (acervo do Projeto NURC). Esse material foi coletado entre os anos de 1972 a 1978. É composto pelos gêneros aula e conferência e representa o desempenho linguístico de falantes nascidos nas cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo, de ambos os sexos, com escolaridade universitária. Porém, nossa proposta era analisar a continuidade referencial, isto é, como um referente, já tendo sido mencionado uma vez, é retomado no discurso, se por um nome, por um pronome ou pela anáfora zero, na fala mais culta, e as EFs, apesar de apresentarem uma linguagem mais cuidada, planejada, ainda apresentam traços da fala prototípica (frases interrompidas, hesitações, repetições), aproximando-se, muitas vezes, da fala informal, como pode ser visto no exemplo abaixo:

(10) “a multinacional acaba ... finalmente ... chegando para a pequena empresa e dizendo o seguinte ... “eu vou entrar nesse negócio ... se você não me vender ... eu tenho poder ... eu tenho estrutura ... eu tenho ... há ... recursos para montar um negócio igual ao seu ... e posso concorrer com

---

<sup>6</sup> Dentro da linha de pesquisa “Sintagmas nominais demonstrativos e definidos em gêneros da fala e da escrita \_ um caso de variação?”, foram desenvolvidos os trabalhos “O uso de rótulos em entrevistas sociolingüísticas”, em 2006, e “O uso de rótulos em entrevistas sociolingüísticas e elocuições formais”, em 2007.

você com muito mais “know how” ... com muito mais conhecimento ...  
com muito mais recurso ... posso concorrer com você e te derrubar ... então  
... a proposta que eu faço é a seguinte ... ou você me vende o negócio ...  
pra mim é melhor ... ou eu vou instalar ... hã ... uma ... pequena empresa ...  
com os meus recursos ... e acabo com você” ...” (inquérito 364 (NURC/RJ)  
– a empresa – aula de organização e métodos)

Brunner (1995), ao estudar os processos de intensificação na fala urbana culta do Rio de Janeiro, utilizou como *corpus* da sua pesquisa, além de outros tipos de inquéritos do NURC/RJ, as EFs. O que as torna “formais”, segundo a autora, é o fato de serem previamente planejadas quanto ao conteúdo. Esse material é formado por aulas e conferências, porém, no momento da realização, as EFs são “uma modalidade coloquial cuidada, em que há uma fiscalização gramatical, mas que não foge à naturalidade” (p.88). Nesses inquéritos, encontramos gírias, por exemplo.

Buscamos, então, situações de usos da língua que, de fato, pudessem ser ditas mais formais e tivessem, além disso, caráter mais recente. Daí a escolha dos discursos proferidos por políticos e embaixadores brasileiros nas Assembléias Gerais da ONU, entre os anos de 1990 e 1995 transcritos e publicados pelo Ministério das Relações Exteriores (cf. FUNAG 1995). A esses se acrescentaram discursos de posse<sup>7</sup> de acadêmicos na Academia Brasileira de Letras, também entre os anos de 1990 e 1995. Dada a extensão dos textos, trabalhamos com seis exemplares produzidos em cada evento comunicativo. Ambos os casos têm uma

---

<sup>7</sup> Os discursos estão disponibilizados no site da Academia Brasileira de Letras  
<<http://www.academia.org.br/>>

peculiaridade, como explicado em 2.6.: o meio de produção é oral, mas a concepção é escrita (cf. Marcuschi 2001): de fato, ambos são previamente escritos para depois serem lidos, não deixando qualquer indício de improvisação. Os discursos do Itamaraty e da Academia Brasileira de Letras têm um grau de formalidade bem maior, se comparados com as EFs – decorrente do maior planejamento. Deste modo, o *corpus* para esta pesquisa se restringe à modalidade falada naquele que podemos considerar o seu registro mais formal.

De acordo com Ochs (1979), os discursos podem variar de forma gradativa quanto ao planejamento. Os discursos em que todo o ato social é pensado com antecedência, como no caso dos discursos na ONU e na ABL, são os mais planejados. Quando apenas certos aspectos são tratados antecipadamente (como o conteúdo/tema), o que ocorre com as aulas e conferências, os discursos são um pouco menos planejados. E uma conversa, por exemplo, na qual o discurso é elaborado ao longo da produção, são os menos planejados, e assim por diante.

A autora ainda afirma que os discursos variam não só em até que ponto eles são planejados, mas também em até que ponto eles podem ser planejados, isto é, são planejáveis. A conversa espontânea, diferentemente de outras formas de discurso, é praticamente imprevisível. Como Ochs (op.cit.) explica, em termos de análise de conversação, a conversa espontânea é "localmente administrada" – tende a ser projetada turno-a-turno. Já outras formas de discurso são mais planejáveis – tendem a ter uma ordem e um conteúdo mais previsíveis – por exemplo, os discursos dos políticos na ONU seguem uma espécie de “roteiro”: sempre são iniciados com uma felicitação ao atual presidente da Sessão pela eleição, seguido por um elogio ao presidente anterior pelo seu trabalho e uma saudação aos novos Estados e/ou representantes que se integram à ONU. O mesmo



podemos dizer dos discursos de posse na ABL: há uma referência ao patrono da cadeira, ao antecessor, etc. Além disso, o discurso escrito permite maior planejamento do que o discurso espontâneo falado. Ao escrever, o informante tem mais tempo para pensar no que e em como vai dizer. Ainda, o escritor pode reescrever e reorganizar o discurso várias vezes antes de ser eventualmente comunicado.

Após definir o *corpus*, buscamos equilibrar as duas amostras diferentes. Todos os informantes são homens e com formação universitária. O material referente aos dois grupos foi produzido no mesmo período – entre 1990 e 1995 – e é constituído pelo mesmo número de discursos, seis discursos na ABL e seis na ONU. Os discursos, porém, apresentam extensão variável. Os discursos dos políticos preenchem entre 8 e 12 páginas enquanto que os discursos dos acadêmicos variam entre 6 e 20 páginas. A solução encontrada foi equilibrar as duas amostras quanto ao número de palavras – aproximadamente 22 mil palavras em cada subconjunto.

## **3.2. Discursos Oficiais**

### **3.2.1 Temas e estrutura dos discursos**

Os dois conjuntos de *discursos oficiais* (Marcuschi 2001) – de acadêmicos e de políticos – apresentam divergências e semelhanças entre si. Os discursos na ONU e na ABL são, por exemplo, na 1ª pessoa, mas, na ABL, temos uma fala mais subjetiva, mais

envolvida, enquanto que os informantes na ONU se apresentam como um representante do país, sendo sua fala mais distanciada.

Como foi dito anteriormente, os discursos na ONU sempre são iniciados com uma felicitação ao atual presidente da Sessão pela eleição, um elogio ao presidente anterior pelo seu trabalho e uma saudação aos novos Estados e/ou representantes que se integram à ONU.

Os temas mais comuns são os esforços necessários para se obter a paz mundial, a democracia, o desenvolvimento, a igualdade entre as nações diante da ONU e a rejeição em relação aos conflitos. Há também uma ênfase na disposição do Brasil para o diálogo e cooperação na solução dos conflitos e no papel das Nações Unidas e da Assembléia Geral. Possuem uma tipologia mais expositiva/explicativa.

O informante está representando o seu país, é como se ele fosse a voz do país, como vemos no exemplo abaixo:

(11) “Senhor Presidente,

Dirijo-me à Assembléia Geral das Nações Unidas como representante de cento e cinquenta milhões de brasileiros, como líder eleito de uma das maiores democracias do mundo.” (Discurso na ONU – nº 2)

Muitas vezes fazendo uso do eufemismo, o informante admite as falhas do Brasil, ao mesmo tempo em que enfatiza as qualidades e as melhorias feitas pelo governo vigente e faz previsões otimistas em relação ao futuro do país.

Os discursos dos acadêmicos seguem também algumas regras, como explicado no exemplo abaixo por um dos próprios membros:

(12) “Cabe a mim cumprir, como um calouro disciplinado, o honroso dever de fazer o que prescreve o art. 25 do Regimento Interno, no qual sou designado com qualificação corretíssima, mas quiçá tão filologicamente cruel quanto a de “soteropolitano” para o cidadão de Salvador e “Iudovicence” para o cidadão de São Luís do Maranhão, como o nosso querido presidente Josué Montello. Nesse artigo, sou chamado de “recipiendário”. E compete ao recipiendário apreciar a personalidade e a obra de seu antecessor, tarefa que, como admirador de Carlos Castello Branco, não me deverá ser difícil. E também se tornou praxe lembrar os ocupantes anteriores. Assim como obedeço ao regimento, obedeço igualmente à praxe.” (Discurso de posse na ABL – nº 5)

A partir do exemplo acima, podemos afirmar que os discursos dos acadêmicos são discursos laudatórios, em 1ª pessoa e envolvem muitos personagens: os informantes tratam do patrono da cadeira em que estão tomando posse, dos ocupantes anteriores e da vida e da obra do antecessor imediato (de forma breve ou mais esmiuçada). Buscam também estabelecer afinidades entre eles e todos os antigos ocupantes da sua cadeira – o que nem todos cumprem:

(13) “Entre os hábitos acadêmicos está o ritual de descobrir semelhanças, nos discursos de posse, entre os vários ocupantes de uma Cadeira. Confesso que falhei miseravelmente nessa busca de analogias.” (Discurso de posse na ABL – nº 3)

Contudo, outro imortal, ocupante de uma cadeira diferente, sem ser o patrono ou o antecessor do informante, também pode ser homenageado. Tais discursos possuem mais sequências narrativas, mas também expositivas/explicativas.

Os acadêmicos, nos seus discursos de posse, costumam fazer citações, falar da família, da infância, de alguma passagem da vida que consideraram marcante ou de como conheceram algum dos imortais, da ABL – frequentemente mencionada como “a Casa”. Eles, geralmente, terminam seus discursos agradecendo aos demais integrantes da Casa por terem sido escolhidos e eleitos.

Além do fato de serem em 1ª pessoa e da formalidade de estilo, a organização dos discursos das duas amostras é bem parecida. Os discursos são, na sua maioria, divididos por tópicos iniciados por um vocativo: na ONU, em todos os discursos encontramos “Senhor Presidente” marcando cada mudança de tópico; na ABL, alguns informantes fazem uso de “senhores acadêmicos” ou, simplesmente, “senhores”:

(14) “Senhor Presidente,

Esta é a primeira vez em que me dirijo à Assembléia Geral das Nações Unidas. Registro com emoção a coincidência de inaugurar este ano o debate geral precisamente quando, no Brasil e no mundo, transformações múltiplas e profundas estão revendo os conceitos e preconceitos que há décadas vinham asfixiando a comunidade de nações.” (Discurso na ONU – n°1)

(15) “Senhores Acadêmicos,

Vossa generosidade, recebendo-me como companheiro nesta Casa - tendo eu a vos oferecer apenas a minha intensa e, por vezes, quixotesca

luta pelo ensino e pela difusão do ramo da medicina que abracei - é homenagem que recebo com humildade e alegria. Humildade na alma e alegria no coração.” (Discurso de posse na ABL – n° 1)

### **3.2.2. Algumas formalidades da ABL e da ONU**

A Academia Brasileira de Letras é formada por 40 membros. Ela possui um estatuto que determina as exigências que alguém que queira se candidatar a uma vaga deve cumprir, como ser brasileiro nato e ter publicado livros de valor literário ou mérito reconhecido em qualquer gênero literário.

Quando um membro da Academia falece, há uma sessão, denominada Sessão da Saudade, em que declaram que a cadeira está vaga. Os postulantes à cadeira têm, então, um mês para se candidatar à vaga. A candidatura se dá através de uma carta enviada ao Presidente da Academia. A eleição ocorre três meses após a Sessão da Saudade e é secreta.

Feita a escolha, o novo acadêmico e o acadêmico escolhido para acolhê-lo determinam o dia para a posse. Habitualmente, o novo acadêmico é presenteado pelo Governo do Estado natal com o fardão.

Foram utilizados os discursos dos seguintes acadêmicos:

1º discurso: Ivo Pitanguy (1991)

2º discurso: Dias Gomes (1991)

3º discurso: Sergio Paulo Rouanet (1992)

4º discurso: Roberto Marinho (1993)

5º discurso: João Ubaldo Ribeiro (1994)

6º discurso: Sábato Magaldi (1995)

Na ONU, o Brasil é, desde a IV Assembléia Geral, o primeiro país a discursar. Acredita-se que esta ordem foi uma maneira encontrada para evitar que houvesse qualquer tipo de favorecimento aos EUA ou à URSS – duas potências rivais. Como é de praxe, o Secretário-Geral da ONU, antes de abrir as inscrições para o Debate Geral, pergunta à Missão do Brasil em Nova York se o Chefe da delegação brasileira desejará ser o primeiro orador. A resposta sempre é afirmativa.

Assim, como tradicionalmente o Brasil dá início aos discursos, os Chefes de Delegação do Brasil, por serem os primeiros a falar, costumam apresentar discursos abrangentes, onde avaliam a situação internacional e, a partir daí, expõem a posição brasileira diante das principais questões internacionais.

Temos, da ONU, os seguintes informantes:

1º discurso: Presidente Fernando Collor (1990)

2º discurso: Presidente Fernando Collor (1991)

3º discurso: Ministro Celso Lafer (1992)

4º discurso: Ministro Celso Amorim (1993)

5º discurso: Ministro Celso Amorim (1994)

6º discurso: Ministro Luiz Felipe Lampreia (1995)

### 3.3. Tratamento dos dados

A fim de delimitar o objeto de análise do trabalho, foi observada apenas a continuidade de referência de elementos identificáveis (definidos e determinados) na posição de sujeito e em orações com verbos finitos. Todas são, portanto, entidades evocadas, no sentido de Prince 1981. Assim, já que um referente de 3ª pessoa pode ser retomado por SNs plenos, pronomes ou anáfora zero, temos neste estudo uma variável com três variantes – SN, pronome e anáfora zero. Nomes com menção prévia muito distante, que não possibilitavam outra forma de retomada a não ser por um SN, foram descartados por não representarem um contexto de variação – como demonstrado em (16). Os grupos de fatores possibilitam correlacionar características do contexto que favorece ou desfavorece cada variante.

(16) “Somos parte da América Latina e orgulhamo-nos de estarmos inseridos em sua longa história de paz. A América Latina é a região mais desarmada do mundo e a única a haver-se tornado, por força do Tratado de Tlatelolco, definitivamente livre das armas nucleares. A adesão de Cuba ao Tratado, anunciada em carta do Presidente Fidel Castro ao Presidente Itamar Franco, em resposta à gestão brasileira, vem completar este quadro.

A América Latina tem sido fator de estabilidade internacional em um mundo conturbado. Nossa tradição jurídica, construída em décadas de esforço ordenador das relações interamericanas, representa contribuição relevante à comunidade internacional.” (Discurso na ONU – nº5)

Com o intuito de verificar se os resultados realmente comprovam nossas expectativas e validar as análises estatísticas, visando-se a um tratamento quantitativo dos dados, foi utilizado o pacote de programas GOLDVARB, empregado em estudos sociolinguísticos de orientação laboviana. Através da aplicação do programa aos dados, obtemos tabelas que fornecem resultados percentuais e probabilísticos (pesos relativos), além de ser possível fazer cruzamentos de fatores, quando necessário para a explicação.

O fato de trabalhar com três alternativas permite fazer rodadas diferentes do programa GOLDVARB (além da distribuição das três formas de retomar um referente no discurso, temos as rodadas sujeito preenchido vs. não-preenchido e nome vs. pronome). As mesmas variáveis independentes foram aplicadas em todos os casos.

Como variáveis independentes, temos a escala de conexão discursiva proposta por Paredes Silva (1988, 2003), o traço de animacidade do referente, a ambiguidade, a ênfase (ou contraste), o tipo sintático da oração, os tipos textuais e o domínio discursivo (acadêmico e político).

Alguns fatores convencionalmente usados como variáveis sociais, como o sexo do informante, a idade, seu grau de escolaridade, e ainda a origem geográfica não foram utilizados nesta pesquisa, pois todos os informantes são homens com formação universitária e, por se tratar de fala culta/formal, a origem geográfica praticamente não interferiria na produção dos informantes. Apesar da diferença de idade (entre 41 e 89 anos), todos aqueles que chegam à ABL ou à ONU já têm uma situação profissional consolidada – por isso a idade, mesmo testada, não se mostrou relevante. O período em que os discursos foram coletados foi o mesmo (discursos proferidos entre os anos 1990 e 1995) para que o fator tempo não interferisse nesta pesquisa.



De acordo com Apothéloz e Reichler-Béguelin (1995), o processamento do discurso, sendo realizado por sujeitos ativos, é estratégico, isto é, implica, da parte dos interlocutores, a realização de escolhas significativas entre as múltiplas possibilidades que a língua oferece. Dentro desta perspectiva, é analisada a alternância nome-pronome-zero com o objetivo de verificar as razões que motivam a retomada de um referente no discurso, isto é, que variáveis estariam influenciando na escolha entre as formas.

## **4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS**

A análise foi feita a partir da aplicação do programa GOLDVARB. Através do uso do programa, apresentamos duas maneiras de ver a variação que estão interligadas, mas que foram vistas de forma diferente: o preenchimento ou não do sujeito e, ao excluir as ocorrências de anáfora zero, quais os fatores que influenciam o informante a recuperar uma informação através do nome ou do pronome. Por isso este capítulo está dividido em duas grandes seções: nome e pronome vs. zero, em 4.1., e nome vs. pronome, em 4.2.

As variáveis consideradas nesta pesquisa foram todas de natureza interna – a escala de conexão discursiva, o traço de animacidade do referente, a ambiguidade, a ênfase (ou contraste), o tipo sintático da oração, os tipos textuais e a situação comunicativa. Os resultados estatísticos são apresentados nas tabelas.

### **4.1. Sujeito preenchido vs. não-preenchido**

Juntando as ocorrências das três variantes nos dois tipos de *discursos oficiais*, obtivemos no total 665 dados das variantes nome-pronome-zero na retomada de um referente.

Como explicado anteriormente, em 2.5., para a gramática tradicional, um referente (uma entidade) uma vez introduzido no discurso, pode ser retomado por pronome, outro nome ou mesmo ser omitido. Segundo a gramática, tal referente seria introduzido por um

SN, mas seria retomado, preferencialmente, por um pronome ou zero (cf. Paredes Silva, 2007). Quando observamos os dados, porém, não é o que encontramos. Achamos, no *corpus* utilizado nesta pesquisa, alta incidência de anáfora zero (51%) – resultado semelhante ao encontrado por Paredes Silva 1988 no estudo com cartas pessoais (escrita informal) – além de muitas ocorrências do nome (34%) como estratégia de retomar as informações evocadas (conhecidas, já previamente dadas), como pode ser visto na tabela abaixo:

Distribuição dos dados		
	n° / total	%
Nome	228/665	<b>34%</b>
Pronome	92/665	13%
Zero	345/665	<b>51%</b>

**Tabela 1: panorama geral da distribuição dos dados**

Paredes 2008 examina a repetição na escrita tendo como *corpus* os gêneros jornalísticos crônica, notícia e artigo de opinião. Para a autora, a repetição pode ser considerada como uma “das estratégias de retomada de um referente no discurso” (p.335) além de contribuir para a coesão textual, ajudar a construir o significado e tornar o texto mais claro porque a repetição “detém uma função importante como estratégia organizadora e estruturadora do tema do texto no âmbito jornalístico” (Paredes op. cit. p.342). Essa constatação nos serviu de referência para examinarmos os nomes.

No nosso caso, a alta incidência de nomes pode estar relacionada à frequente referencia a seres humanos nos discursos da ABL: há muitas referências a vários

participante, como demonstrado no exemplo abaixo, e por isso haveria maior necessidade do uso do nome para gerar menos confusão.

Há casos em que entram em cena também personagens de livros dos autores citados.

(17) “E no entanto essa amizade começou com uma briga, quando Chico criticou no jornal a nomeação de Lacombe para a Casa de Rui Barbosa, dizendo que queriam pôr a camisa verde na águia de Haia. Aliás, diga-se de passagem que o entusiasmo do dr. Lacombe pelo integralismo não durou muito. Certa vez, ele e seu amigo Galotti foram redigir um documento contra Plínio Salgado. Lacombe tinha escrito: “Os abaixo-assinados acordam em que...”, quando Galotti cortou: “acordam, e ponto final.”” (Discurso de posse na ABL – n° 3)

A distribuição dos dados de acordo com as variáveis linguísticas é demonstrada nas subseções seguintes. Tomamos como aplicação da regra, na primeira rodada, isto é, sujeito preenchido vs. não-preenchido, o preenchimento do sujeito. A apresentação das variáveis reproduz a ordem em que foram selecionadas pelo programa GOLDVARB (a saber: ambiguidade, tipo de oração, escala de conexão discursiva e tipo de texto) – os grupos de fatores que não foram selecionados são apresentados em seguida. Os pesos relativos de tais variáveis foram retirados da primeira tabela do stepping down.

#### 4.1.1. Ambiguidade

A variável ambiguidade está sendo usada com o intuito de verificar se, sendo os discursos aqui analisados tão formais, realmente se obedece aos preceitos da gramática, que manda usar o pronome sujeito só nos casos de ambiguidade, apontando a omissão do elemento repetido como a escolha não-marcada.

Foram classificados como ambíguos os casos em que, na ausência de um sujeito explícito, não era possível identificar o referente, ou havia um concorrente próximo, como no exemplo abaixo, onde, embora o contexto até pudesse resolver a ambiguidade, a oração anterior tinha um outro sujeito, o qual vinha sendo mantido, que morfologicamente se confundiria com o da oração em causa. Note-se que o “matuto” (o dono da casa) entra como um personagem secundário:

(18) “Uma noite, aceitou a hospitalidade de *um matuto*. No dia seguinte, ao levantar-se da rede, descobriu que o dono da casa era leproso.”

(Discurso de posse na ABL – nº 3)

É possível observar na distribuição geral dos dados que o caráter não-ambíguo realmente favorece o uso da anáfora zero enquanto que o caráter ambíguo favorece o uso do nome já que o nome é a melhor escolha quando o contexto não é claro o suficiente para identificar o referente em questão. Os resultados gerais são apresentados na tabela seguinte:

Ambiguidade						
	Nome		Pronome		Zero	
	n° / total	%	n° / total	%	n° / total	%
Ambíguo	178/219	<b>81%</b>	27/219	12%	14/219	6%
Não-ambíguo	50/446	11%	65/446	14%	331/446	<b>74%</b>
TOTAL	228/665	34%	92/665	13%	345/665	52%

**Tabela 2: distribuição geral dos dados quanto à ambiguidade**

Enquanto temos 74% de zero em contextos claros o suficiente para identificar o referente em questão, 81% das retomadas ocorrem através de um nome quando o contexto é ambíguo. Note, ainda, que temos mais do dobro de dados em contextos não-ambíguos (446 dados) do que em contextos ambíguos (219 dados). A alta incidência de não-ambiguidade pode ser relacionada à modalidade (escrita altamente planejada) e ao registro (formal): quanto mais formal um texto, maior o cuidado de evitar contextos ambíguos.

Na tabela 3, é possível observar que os resultados quanto ao preenchimento se mostraram bem polarizados e confirmam a tendência a preencher a posição de sujeito em contextos ambíguos, como pode ser visto abaixo:

Ambiguidade			
	n° / total	%	P.R.
Ambíguo	205/219	93%	<b>0.900</b>
Não-ambíguo	115/446	25%	0.254
TOTAL	320/665	48%	

**Tabela 3: influência do caráter ambíguo/não-ambíguo na presença de sujeitos**

Assim, este foi o primeiro grupo de fatores a ser selecionado pelo programa, de certa forma confirmando o que a gramática tradicional já afirmava.

#### 4.1.2. Tipo sintático da oração

O uso da variável tipo de oração tem como objetivo verificar se as orações coordenadas não-iniciais, por terem uma relação de dependência semântica com outras orações, favoreceriam o uso da anáfora zero devido à ligação mais estreita entre elas. As coordenadas são tidas como orações que tradicionalmente promovem mais a anáfora zero.

Seguindo a mesma classificação encontrada em Paredes Silva 1988, as orações foram classificadas como: orações principais (19), orações dependentes (englobando as substantivas, adjetivas e adverbiais) (20), orações coordenadas (21) e orações independentes (orações absolutas e coordenadas iniciais)<sup>8</sup> (22). Em destaque, o item que foi considerado na oração:

(19) “Creio que *escritor* é quem transforma manchas amarelas em sóis: tanto é iluminado quanto ilumina. Tem luz própria. O escritor sabe, como Shakespeare, que palavras sem pensamento não vão para o céu - não alçam vôo.” (Discurso de posse na ABL – n° 1)

---

<sup>8</sup> Inicialmente foram codificadas em separado, mas foi necessário amalgamar os dois tipos de orações para evitar a ocorrência de *knockouts*.

(20) “O tapeceiro Genaro de Carvalho, grande artista da Bahia, Obá de Xangô no terreiro de Axé do Opô Afonjá, por fim entregou a *Ivo*, na presença de Nair e Marilu, o colar enfiado e lavado por Mãe Senhora, para ser usado pelo Ogan, quando fosse confirmado. Aconteceu na Casa de Alagoinhas, em Salvador, casa de Zélia, minha e de nossos amigos. Creio que Ivo ainda possui o colar de Mãe Senhora, que Genaro lhe pendurou no pescoço, cumprindo o compromisso.” (Discurso de posse na ABL – nº 1)

(21) “A *América Latina* volta a fazer jus aos sonhos libertários de seus povos e Ó se reconcilia com sua verdadeira vocação democrática.” (Discurso na ONU – nº 1)

(22) “Ao abrir hoje este debate, o Brasil quer renovar seu compromisso inabalável com *os princípios e propósitos da Carta das Nações Unidas*.

Tais princípios e propósitos estabelecem um mandato de paz e desenvolvimento e permanecem tão relevantes hoje quanto há cinquenta anos atrás.” (Discurso na ONU – nº 6)

Notamos, ao observar a tabela 4 com a distribuição geral, que há um forte predomínio de anáforas zero nas orações coordenadas – mas também encontramos nomes e pronomes em tais orações, como demonstrado em (23) e (24), o que nos permite mantê-las no conjunto das passíveis de variação.



Tipo sintático da oração						
	Nome		Pronome		Zero	
	n° / total	%	n° / total	%	n° / total	%
Oração principal	77/152	50%	22/152	14%	53/152	34%
Oração dependente	48/177	27%	37/177	20%	92/177	51%
Oração coordenada	4/138	2%	9/138	6%	125/138	<b>90%</b>
Oração independente	99/198	50%	24/198	12%	75/198	37%
TOTAL	228/665	34%	92/665	13%	3456/665	52%

**Tabela 4: distribuição geral dos dados quanto ao tipo sintático da oração**

(23) “É possível que *a amada* seja uma só e apenas exista em nosso espírito. Nela se encarnarão transitoriamente *formas femininas* que se lhes assemelham, mas essas formas passam, fugazes, e a amada permanece idêntica a si mesma, dentro de nós, fora do tempo.” (Discurso de posse na ABL – n° 6)

(24) “Eu não diria o mesmo *dos sete ocupantes desta Cadeira*, porque eles não se contradizem sempre, mas diria que são sete vozes inconfundíveis, cada uma com seu timbre próprio, com sua modulação característica.” (Discurso de posse na ABL – n° 3)

Quanto à presença do sujeito, os resultados revelaram que temos mais sujeitos preenchidos nas orações principais e independentes. Acreditamos que isso se deva ao fato de essas orações geralmente serem reiniciadoras de tópicos. As orações coordenadas são as

que menos favorecem o preenchimento do sujeito, como o esperado. As orações dependentes revelaram um comportamento intermediário, como demonstrado abaixo:

Tipo sintático da oração			
	n° / total	%	P.R.
Orações Principais	99/152	65%	<b>0.708</b>
Orações Independentes	123/198	62%	<b>0.635</b>
Orações Coordenadas	13/138	9%	0.152
Orações Dependentes	85/177	48%	0.490
TOTAL	320/665	48%	

**Tabela 5: influência do tipo de oração na presença do sujeito**

Os pesos relativos se mostraram bem distribuídos e este foi o segundo grupo selecionado.

#### 4.1.3. Escala de conexão discursiva

Paredes Silva (1988), em sua Tese de doutorado, propõe uma escala de conexão discursiva que, além de considerar a relação de um referente e a sua última menção, considera também a continuidade ou a falta de continuidade das ações, a manutenção ou não do plano discursivo e a interferência de outros referentes. A escala analisa ainda os elementos causadores da descontinuidade e até a mudança de tópico discursivo, isto é, do assunto ou tema.

O uso da escala se mostrou mais satisfatório do que o da variável *mudança de referência* (MR). Até então a MR era aplicada (e sempre considerada um fator relevante) em estudos de presença/ausência de sujeito pronominal por vários autores como Bentivoglio 1980, Silva-Corvalán 1982 e Morales 1980, em estudos do espanhol, e Lira 1982, ao estudar a presença/ausência e posição do pronome sujeito no português falado do Rio de Janeiro (Paredes Silva op.cit.). Porém, a MR não fornece uma análise tão detalhada quanto ao uso do sujeito uma vez que sua análise se restringe ao fato de verificar se o referente da oração anterior permanece o mesmo, como no exemplo (25), ou não, como em (26), respectivamente:

(25) “Com absoluta certeza, se *Castello Branco* houvesse continuado sua carreira de romancista, Ø estaria entre os primeiros nomes da ficção brasileira contemporânea.” (Discurso de posse na ABL –nº 5)

(26) “Há exatamente trinta anos, *outro Chanceler brasileiro*, Diplomata de Carreira como eu, Embaixador Araújo Castro, assinalava que as Nações Unidas podiam ter suas tarefas resumidas numa tríade, a que chamou de os “3D’s” – Desarmamento, Desenvolvimento, Descolonização.” (Discurso na ONU - nº 4)

Trata-se, portanto, de uma análise dicotômica que verifica apenas a relação de igualdade ou não entre o referente de um sujeito e seu antecessor.

Desse modo, trabalhei com os seis níveis da escala originalmente proposta em Paredes Silva 1988. Vale salientar que os números da escala correspondem a um crescendo de distanciamento (conexão mais fraca, portanto), como será explicitado a seguir:

1. O Grau 1, ou conexão ótima, mantém, na função de sujeito, o mesmo referente/tópico e plano discursivo, evidenciado pela manutenção do mesmo tempo/aspecto/modo verbal, como nos exemplos abaixo:

(27) “Álvaro Moreyra, como Joaquim Serra, descobriu o teatro como o reduto mesmo da liberdade, onde *ela* se exerce como condição básica, onde ela brota como a própria vida, onde o homem afirma a sua vocação para o sublime.” ( Discurso de posse na ABL –n° 2)

(28) “Para tanto, será preciso que *os governos* assumam suas responsabilidades e Ô reexaminem seus objetivos.” (Discurso na ONU – n° 1)

Vale salientar que não houve nenhuma ocorrência do Grau 1 expressa por nome.

2. O Grau 2 apresenta uma mudança de plano (figura-fundo e suas extensões, isto é, fato-opinião, realidade-irrealidade, etc) que pode ser notada na mudança do sistema de tempo-aspecto-modo do verbo das orações adjacentes, mas o referente/tópico/sujeito continua sendo o mesmo. No Grau 2 temos uma extensão da noção de figura e fundo que se vê em Hopper e Thompson 1980 e que se aplica apenas na narrativa. Nos exemplos (29), (30) e (31) temos, sublinhado, a mudança de plano:

(29) “Quero ainda me referir a *Afrânio Coutinho* que, embora dedicando seu talento exclusivamente às Letras, é também médico diplomado desde os 20 anos de idade. E, se tivesse Afrânio exercido a Medicina, teria,

certamente, emprestado à nossa profissão brilho igual ao que sempre trouxe e continua a dar à literatura.” (Discurso de posse na ABL – n° 1)

(30) “Penso que *qualquer conhecimento* pressupõe a responsabilidade de sua transmissão, para que ele não venha a se estagnar, quebrando o ciclo histórico da memória coletiva.” (Discurso de posse na ABL – n° 1)

(31) “*O Brasil* ratificou o Tratado de Tlatelolco, e Ô tem reiterado, nos foros internacionais, seu respeito aos propósitos deste e de outros acordos internacionais congêneres.” (Discurso na ONU – n° 1)

Em (29), temos a mudança de um fato para uma hipótese. Note que o referente Afrânio Coutinho é introduzido na função de complemento verbal e, em seguida, ocorre como sujeito através do pronome relativo que. Em (30), em itálico, a mudança de plano ocorre através de uma explicação/finalidade e em (31), temos uma mudança relativa à extensão da ação que já ocorreu e se prolonga até o presente, como se nota na mudança do aspecto verbal.

3. No Grau 3 encontramos uma quebra de continuidade de um referente como sujeito causada pela interferência de orações que não apresentam um concorrente à função de sujeito (como sujeitos oracionais ou indeterminados, por exemplo) entre o referente em causa e sua última menção anterior;

(32) “Na luta pelo desenvolvimento, *as Nações Unidas* desempenham papel primordial. **Importa, pois, assegurar** que esta Casa renove, com urgência, o seu compromisso com o desenvolvimento e, por conseguinte, a

capacidade de operação de setor econômico e social.” (Discurso na ONU – nº 4)

(33) “É que *a biografia*, como gênero, nos fascina cada vez mais, o **que não deixa de ser paradoxal**, porque ela tem como foco o indivíduo, este mesmo indivíduo que está sendo banido pelo espírito do tempo.”

(Discurso de posse na ABL – nº 3)

(34) “*O patrono*, Francisco Otaviano de Almeida Rosa, foi orador e jornalista, artífice do Tratado da Tríplice Aliança, político que renegou a política, essa “Messalina impura”, e de quem, ativo como foi, **certamente não se pode dizer** que Ø tenha passado “pela vida em branca nuvem” e adormecido “em plácido repouso”.” (Discurso de posse na ABL – nº 3)

Nos exemplos acima, as orações em negrito são impessoais, não apresentam nenhum participante novo, ou seja, são apenas rápidas interferências entre o item em questão e a sua menção prévia. Repare que, em (32), o SN esta Casa retoma as Nações Unidas, isto é, o referente as Nações Unidas é recategorizado como esta Casa (o item lexical é novo, mas não a informação).

4. O Grau 4 apresenta uma mudança de função: um referente que ocorreu em função secundária é retomado na função de tópico/sujeito;

(35) “No dia 18 de julho passado, em Guadalajara, no México, Brasil e Argentina firmamos *o Acordo para o Uso Exclusivamente Pacífico da Energia Nuclear*.”

O Acordo tem grande significado histórico para nossos países e constitui prova de que é possível obter segurança nuclear por meio da cooperação nuclear.” (Discurso na ONU – nº 2)

(36) “Espera-se das Nações Unidas que contribuam, com sóbria eficácia, a preservar *a paz e a segurança* onde elas estejam ameaçadas.” (Discurso na ONU – nº 4)

(37) “Quem conheceu *Otto Lara Resende*, por seus livros, artigos e reportagens, não apreendeu completamente a sua personalidade, visto que Ô era sobretudo o companheiro do bom convívio, com a arte e o gosto de conversar manifestado na frase de espírito, na reminiscência feliz, na murmuração jovial em que se destacava pela espontânea vivacidade de seus reparos inesquecíveis.” (Discurso de posse na ABL – nº 4)

Em (35), (36) e (37), as menções prévias dos referentes que ocorreram como complementos verbais são retomadas na função de sujeito.

5. No Grau 5 há dificuldade em recuperar o referente pois ocorre a interferência de orações com sujeitos de outras pessoas gramaticais, como pode ser visto nos exemplos (38), (39) e (40) – as orações intervenientes estão em itálico:

(38) “*O Brasil* atingiu um alto grau de abertura econômica, acelerando assim sua integração na economia mundial e criando condições mais favoráveis para uma participação acrescida no comércio internacional, na transferência de tecnologia e nos fluxos de capitais produtivos. **A inflação**

**foi reduzida aos níveis mais baixos em um quarto de século, permitindo** que o País adote políticas em benefício das camadas mais pobres e desprivilegiadas.” (Discurso na ONU – nº 6)

(39) “Terminando, peço vossa permissão para algumas homenagens pessoais. A primeira para meu pai, Manoel Ribeiro, que me incutiu o amor aos livros e ao estudo. Sem a atenta formação moral e intelectual que *ele* me deu, **eu não estaria aqui. Para minha mãe, que felizmente vive para ver este momento na existência do filho que fizeram e criaram juntos.** Se ele estivesse entre nós, não haveria pai mais orgulhoso na face da Terra.” (Discurso de posse na ABL – nº4)

(40) “Ao darem plena e imediata execução àquelas resoluções, *os Estados-membros* demonstraram que é inaceitável a quebra da ordem jurídica, numa época em que **as armas, mesmo convencionais, têm enorme capacidade de destruição e em que a economia internacional configura uma rede de interesses complementares.** Ó Afirmaram, também, seu decidido apoio à ação das Nações Unidas naquela área, onde há tantos anos uma crise vem fustigando povos mercedores, como todos os outros, de paz, segurança e prosperidade.” (Discurso na ONU – nº 1)

Como pode ser visto nos exemplos acima, diferente do que ocorre no Grau 3, as orações intervenientes (em negrito) possuem sujeitos de outras pessoas gramaticais e as interferências são de maior porte. Mais uma vez temos um exemplo de recategorização: em (38), o Brasil é retomado pelo SN o País (retomada por hiperônimo).



6. O Grau 6 marca a mudança de tópico/subtópico discursivo. No trecho abaixo, o informante, ao se lembrar da sua infância, em Minas Gerais, fala sobre a importância dos ensinamentos da mãe, que é o tópico principal, e, após repetir uma citação que era feita por ela, ele volta a falar da mãe, porém, como esclarece Paredes Silva (1988) ao explicar o Grau 6, o discurso toma outro rumo. Agora, o informante se refere à mãe no presente, na ABL, e não mais nas Minas Gerais de sua infância:

(41) “Aos seus cinco filhos ela ensinou que não se pode viver sob o Signo do Medo e muito menos sob o Signo da Morte e, para expressar esta sua máxima existencial, *ela* nos citava o imperador Marco Aurélio:

Tudo fazer, tudo dizer, tudo pensar  
como uma pessoa que a cada instante  
pode deixar a vida.

Minha querida mãe está aqui a nosso lado, presente com seu espírito jovem, e, ao lado dela e de todos nós, meu querido pai.”(Discurso de posse na ABL – 1992)

Não há, aqui, propriamente uma mudança de tópico discursivo, pois o autor continua a falar de sua mãe, mas houve uma interrupção causada pela citação, e depois o texto toma outro rumo. Devido a tal mudança de rumo, o item destacado em (41) foi classificado como sendo uma ocorrência de Grau 6. Neste grau, todas as retomadas foram através de um SN – mesmo resultado constatado por Paredes Silva (op.cit) nas cartas pessoais.

A escala de conexão, proposta a partir da escrita informal de cartas, foi reformulada, primeiramente por Cezario 1994, ao estudar a variação do sujeito na primeira pessoa do singular em narrativas orais e escritas (corpus Discurso e Gramática – UFRJ), e depois por Paredes Silva 2003, tendo como *corpus* a fala popular (PEUL/UFRJ). Na alteração feita por Cezario (op.cit), a escala original perde um grau, pois a autora, em seu trabalho, atribui apenas um grau (Grau 4) para os casos que originalmente corresponderiam aos graus 4 e 5. Já a nova escala proposta por Paredes Silva (op.cit) passa a conter mais um grau, para dar conta da mudança de turno em dados da fala. Apesar do meu *corpus* ser restrito à fala, nele não encontramos mudança de turno, pois não há intervenções da audiência, dada a formalidade das situações.

Como já foi mencionado, não foi encontrada nenhuma ocorrência do Grau 1, ou conexão ótima, com SN enquanto que, no Grau 6, quando temos uma mudança de tópico/subtópico discursivo, todas as retomadas só ocorrem através do nome. Na tabela 6, temos a distribuição dos dados quanto à escala de conexão discursiva<sup>9</sup>:

---

<sup>9</sup> Foi utilizada, nesta tabela, apenas uma parte do pacote de programas GOLDVARB, limitando-se aos cálculos percentuais, pois não é possível fazer a rodada Binomial do programa GOLDVARB quando não há a ocorrência de pelo menos uma variante em uma variável – ocorre o *knockout*.

Escala de conexão discursiva						
	Nome		Pronome		Zero	
	n° / total	%	n° / total	%	n° / total	%
Grau 1	0/93	-	1/93	1%	92/93	<b>98%</b>
Grau 2	20/178	11%	23/178	12%	135/178	75%
Grau 3	20/88	22%	16/88	18%	52/88	59%
Grau 4	91/192	47%	46/ <b>192</b>	23%	55/192	28%
Grau 5	62/79	78%	6/79	7%	11/79	13%
Grau 6	35/35	<b>100%</b>	0/35	-	0/35	-
<b>TOTAL</b>	228/665	34%	92/665	13%	345/665	51%

**Tabela 6: distribuição geral dos dados quanto à escala de conexão discursiva**

A tabela 6 deixa bem clara a necessidade de exclusão dos graus 1 e 6 causada pelo uso categórico do nome no Grau 6 e sua ausência no Grau 1 – o programa GOLDVARB só realiza a rodada Binomial em contextos em que há variação, o que não ocorre nos graus excluídos.

Ao observar os totais, vemos que o número maior de ocorrências é no Grau 4, pois é muito comum introduzir um referente de 3ª pessoa em outra função para depois torná-lo sujeito/tópico. A posição de sujeito é mais favorável às informações velhas (cf. Prince 1981).

Os resultados referentes à influência da conexão discursiva no preenchimento de sujeitos são demonstrados na tabela 7. É possível notar um aumento gradativo do preenchimento do sujeito ao longo da escala, ou seja, na medida em que o grau de conexão

apresenta uma diminuição – devido ao aumento da distância da menção anterior ou às interferências – maior a ocorrência de sujeito preenchido. A Tabela 7 segue abaixo:

Escala de conexão discursiva			
	n° / total	%	P.R.
Grau 2	43/178	24%	<b>0.320</b>
Grau 3	36/88	40%	0.420
Grau 4	137/192	71%	0.632
Grau 5	68/79	86%	<b>0.679</b>
TOTAL	284/537	52%	

**Tabela 7: influência da conexão discursiva na presença de sujeitos**

O resultado apresentado acima é semelhante aos encontrado por Paredes Silva 1988, Paredes Silva 2003 e Cezário 1994, ou seja, tais estudos também apresentaram aumento do preenchimento do sujeito ao longo da escala.

#### 4.1.4. Sequências textuais

Como já foi explicado anteriormente, foi adotada a proposta de Adam adaptada por Bronckart 1999 quanto aos tipos de texto, ou, como prefere chamar Adam, sequências textuais. Assim, serão adotadas as seguintes sequências textuais: narrativa, descritiva, argumentativa e explicativa/expositiva.

A nossa expectativa é que as sequências narrativa e descritiva apresentassem mais anáforas zero, por serem sequências que mantêm o mesmo referente por uma extensão maior de texto, e as sequências argumentativa e explicativa/expositiva apresentariam maior preenchimento, pois são sequências com referentes mais diversificados.

- Sequência Narrativa

Uma sequência narrativa é identificada quando um narrador conta algo ocorrido ou que poderia ter acontecido num possível contexto. Esse acontecimento, real ou imaginário, decorre envolvendo sempre alguns personagens, em algum local, durante determinado período de tempo. Todavia, Bronckart (op.cit.), partindo da visão de Adam, esclarece que apesar de o ato de contar histórias mobilizar personagens inseridos em acontecimentos no eixo sucessivo, só há “sequência narrativa quando essa organização é sustentada por um processo de intriga” (Bronckart: 1999: 219). Além do mais, uma história completa conta com uma organização de acontecimentos com início, meio e fim, isto é, um protótipo mínimo de sequência narrativa, também conhecida pelas fases<sup>10</sup>: *situação inicial, transformação e situação final*.

Para reconhecer claramente uma sequência narrativa, Adam apresenta seis características próprias: a sucessão de eventos, a unidade temática, os predicados transformados, o processo, a intriga, a moral (Bonini, 2005:219). Entretanto, como menciona Bronckart 1999, foi a partir de Labov e Waletzky (1967) que um modelo mais

---

<sup>10</sup> Para Bronckart (op.cit.), *fase* é um termo técnico para caracterizar as subdivisões das *sequências textuais*.

completo de sequência narrativa se fixou. Esse modelo apresenta cinco fases essenciais, sendo fundamental o respeito à ordem de aparição:

- *a fase de situação inicial*: indica o lugar da ação, as personagens e a introdução;
- *a fase de complicação*: estabelece-se uma tensão, pois não se sabe o que acontecerá;
- *a fase de ações*: surgem acontecimentos e a situação muda completamente;
- *a fase de resolução*: começo da redução da tensão;
- *a fase de situação final*: apresentação de um novo estado, momento de solução.

Ainda podem ser acrescentadas às fases citadas acima mais duas: a *fase de avaliação* e a *fase de moral* – fases mais dependentes da posição do informante em relação ao que está sendo contado. Como explica Bronckart (op.cit.), a avaliação apresenta um comentário sobre o desenvolvimento da narrativa. Para Labov, segundo Tarallo 1985, é através da avaliação que o informante tenta despertar o interesse do leitor/ouvinte. De acordo com os autores, a avaliação não possui uma posição fixa na estrutura narrativa. Já a moral consiste na apresentação da importância dos princípios e valores dados à história e pode estar presente tanto no início quanto no fim da narrativa.

No exemplo seguinte, retirado do *corpus* estudado, temos uma sequência narrativa:

(42) “Com toda essa afetividade, Chico podia ter antipatias violentas. Adorava uma boa polêmica. Publicava artigos contra figurões poderosos. Era tão pouco convencional que, estando no poder, se comportava como um anarquista. Certa vez foi convencido a “tapar um buraco” na Casa de Rui, ocupando o cargo de secretário-executivo: o único meio de vencer sua relutância foi garantir-lhe que o martírio duraria apenas 30 dias. Chico ficou 60, sem reclamar. Diante da estranheza dos seus funcionários, ele

respondeu: “Estou gostando. Ficar no poder é bom porque a gente pode tomar água mineral com gás.”” (Discurso de posse na ABL – n °3)

No exemplo acima, a sequência narrativa propriamente dita começa a partir de “Certa vez” – antes, temos o fundo da narrativa, ou seja, uma sequência mais descritiva, com verbo no pretérito imperfeito, com características inerentes ao personagem, etc.

- Sequência Descritiva

Geralmente é detectada como parte da sequência narrativa. Também é considerada uma sequência dependente de outras, uma vez que raramente aparece sozinha ou como uma sequência principal num texto (Bonini, 2005: 222). Isso pela razão de a descrição não apresentar, diferentemente da narração, sucessão de acontecimentos no tempo, transformações de estado da personagem, da coisa ou do ambiente, além de não ter uma ordem fixa de expressão, mas sim uma apresentação pura e simples do estado do ser ou coisa descrita em algum momento.

Segundo Garcia (1973), descrever não é apenas fornecer o maior número de detalhes sobre um indivíduo, lugar ou objeto; é apontar os traços mais característicos, o diferencial, o que distingue um indivíduo/lugar/objeto dos demais, como ocorre no exemplo abaixo:

(43) “Quem conheceu Otto Lara Resende, por seus livros, artigos e reportagens, não apreendeu completamente a sua personalidade, visto que era sobretudo o companheiro do bom convívio, com a arte e o gosto de

conversar manifestado na frase de espírito, na reminiscência feliz, na murmuração jovial em que se destacava pela espontânea vivacidade de seus reparos inesquecíveis.” (Discurso de posse na ABL – nº 4)

No exemplo acima, como nas primeiras orações de (42), temos os traços comuns encontrados em sequências descritivas, como o verbo ser no pretérito imperfeito do indicativo e características atribuídas ao indivíduo que está sendo tratado no texto.

- Sequência Argumentativa

O texto argumentativo consiste em defender um ponto proposto, em apresentar objeção ou aceitação em relação a um determinado tema. Adam esquematiza a sequência argumentativa em quatro fases: os dados (premissas), a apresentação de argumentos (sustentação), a apresentação de contra-argumentos e a conclusão.

Além dos elementos de estrutura pragmático-discursiva, há outras características que permitem reconhecer a sequência argumentativa: as expressões modais, os atos de fala, o discurso citado e certos marcadores – dos quais só alguns se aplicam neste estudo por causa da formalidade dos *discursos oficiais* – tais como, *porque, suponhamos, por exemplo, só, assim, então*. Assim, as sequências argumentativas também favorecem a ocorrência de enunciados condicionais. Em (44), abaixo, temos um exemplo de sequência argumentativa:

(44) “Existe uma ameaça concreta à estabilidade e à segurança da comunidade internacional no desequilíbrio crescente entre países desenvolvidos e em desenvolvimento.



Essa ameaça aumentará se não houver apoio efetivo à consolidação democrática e ao desenvolvimento.

É necessário que se crie, em nível mundial, uma plataforma sólida, consensual e definida em torno da questão do desenvolvimento; uma plataforma que oriente e motive as negociações sobre os temas específicos do intercâmbio entre nações dos mais distintos níveis de adiantamento econômico.

No continente americano, a Iniciativa para as Américas, hoje conhecida como Plano Bush, é um primeiro sinal de disposição para o entendimento.

Seguindo esse mesmo impulso rumo a integração real no continente, Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai firmaram o Tratado para a Constituição do Mercado do Sul, o MERCOSUL, que já se articula com a Iniciativa para as Américas por meio do *Rose Garden Agreement*, assinado em Washington este ano.

Para concretizar as esperanças que trouxeram aos povos da região, ambas as iniciativas devem incorporar como meta prioritária a busca de solução dos graves problemas sociais que ainda nos afligem.

Esse imperativo político, econômico e ético não pode ser encarado como reivindicação de um país, ou de um grupo de países.

Trata-se de uma bandeira a ser assumida por todos os Estados, por todos os Governos.” (Discurso na ONU – nº2)

Em (44), o informante apresenta uma tese, um ponto de vista, no primeiro parágrafo, e, no segundo, estabelece um obstáculo, uma suposição. Nos dois parágrafos seguintes, ele fornece soluções e cita exemplos do que já está sendo feito para resolver o problema apontado por ele – ou seja, argumentos, sustentação. Nos dois últimos parágrafos, então, temos a conclusão.

- Sequência Explicativa/expositiva

A sequência explicativa (também chamada de expositiva, segundo Bonini, 2005) transmite dados que permitam a compreensão de alguma idéia ou fenômeno. Bronckart 1999, a partir de Grize (1981b), entende que a sequência explicativa/expositiva apresenta um fenômeno a explicar que é incontestável (é uma constatação ou um fato), que os dados afetos à compreensão dos fenômenos estão incompletos e aquele que explica está em condições de fazê-lo.

Adam reconhece um texto como explicativo/expositivo se nele houver respostas às perguntas *por quê?* ou *como?*. Segundo o autor, a sequência explicativa/expositiva é composta pelas fases de constatação inicial, de problematização, de resolução e de conclusão/avaliação. Apresento uma sequência explicativa no exemplo a seguir:

(45) “Leio num trabalho seu, Serviço Antiestegômico Rural Intensivo, de 1941:

Agora, se me permitem, uma afirmativa arrojada que me valerá na certa o amável epíteto de visionário: estou convencido de que conseguiremos, em futuro próximo, erradicar o *Aedes aegypti* do Nordeste do Brasil. Tivesse

eu procuração dos demais colegas, não hesitaria em declarar: de todo o Brasil.

Não, meu pai não estava sendo visionário. Pouco depois, a profecia se realizava e salvo reincidências esporádicas a febre amarela pôde ser considerada extinta no Brasil.” (Discurso de posse na ABL – nº 3)

Em (45), temos, no segundo parágrafo, a constatação inicial (ser considerado um visionário) e a problematização (estar convencido de que seria possível erradicar o *Aedes aegypti* do Brasil). No parágrafo seguinte, encontramos as fases de resolução (o que seria considerado uma utopia realmente se realizou, ou seja, a extinção da febre amarela) e de conclusão/avaliação (“Não, meu pai não estava sendo visionário”).

As sequências argumentativas e explicativas apresentaram uma distribuição parecida, assim como as sequências descritivas e narrativas, no que se refere ao fenômeno aqui estudado. A classificação dos dados quanto ao tipo textual foi complicada, principalmente no caso das sequências explicativas e argumentativas, pois, por serem muito semelhantes, foi difícil traçar fronteiras entre elas. A distribuição geral dos dados quanto às sequências textuais é apresentada na tabela 8:

Sequências textuais						
	Nome		Pronome		Zero	
	n° / total	%	n° / total	%	n° / total	%
Argumentativa	9/28	32%	6/28	21%	13/28	46%
Descritiva	21/76	<b>27%</b>	7/76	<b>9%</b>	48/76	<b>63%</b>
Narrativa	44/164	<b>26%</b>	22/164	<b>13%</b>	98/164	<b>59%</b>
Expositiva/explicativa	154/397	38%	57/397	14%	186/397	46%
TOTAL	228/665	34%	92/665	13%	345/665	52%

**Tabela 8: distribuição geral dos dados quanto às sequências textuais**

Quanto à presença/ausência do sujeito, as sequências argumentativa e expositiva/explicativa favorecem o uso do sujeito preenchido. Acreditamos que isso se deva ao fato de que para estabelecer conceitos e idéias (o que ocorre através da presença de muitos tópicos/argumentos, como visto nos exemplos (44) e (45)) haja uma necessidade maior de nomes. Já as sequências descritiva e narrativa apresentam peso relativo idêntico, desfavorecendo o preenchimento do sujeito. Atribuimos esses resultados ao fato de o texto narrativo ser mais propenso à manutenção de referentes, favorecendo a anáfora zero (como demonstrado no exemplo (42)). Os resultados da influência da sequência textual na presença do sujeito estão expostos abaixo:

Sequências textuais			
	n° / total	%	P.R.
Expositiva/explicativa	211/397	53%	<b>0.578</b>
Narrativa	66/164	40%	0.357
Argumentativa	15/28	53%	<b>0.638</b>
Descritiva	28/76	36%	0.357
TOTAL	320/665	48%	

**Tabela 9: influência da sequência textual na presença do sujeito**

#### 4.1.5 Animacidade

Outro fator utilizado para observar como ocorre a retomada nos discursos na ABL e na ONU foi o traço de animacidade do referente, ou seja, se o referente é animado, como em (46) e (47), ou inanimado, como em (48), (49) e (50).

(46) “Creio que *escritor* é quem transforma manchas amarelas em sóis: tanto é iluminado quanto ilumina. Tem luz própria. O escritor sabe, como Shakespeare, que palavras sem pensamento não vão para o céu - não alçam vôo.” (Discurso de posse na ABL – n° 1)

(47) “Não há nenhuma dúvida quanto às preferências esportivas de *Chico*: ele torcia, inexplicavelmente, pelo América Futebol Clube. Mais difíceis de precisar eram suas opiniões políticas. É evidente que eram progressistas, mas não seria fácil enquadrá-las num rótulo. Apesar de sua

amizade por Astrojildo Pereira, tanto quanto sei nunca Ø foi marxista. Ø  
Foi amigo de Samuel Wainer, mas Ø também teve uma fase lacerdista.”  
(Discurso de posse na ABL – nº 3)

(48) “Ainda recentemente, Brasil e Argentina anunciaram de público que a  
implementação do *Tratado de Tlatelolco* está sendo objeto de intensa troca  
de opiniões entre as partes interessadas. Esse tratado, iniciativa latino-  
americana pioneira no campo da não-proliferação de armas nucleares,  
precedeu qualquer outro esforço de caráter regional ou universal voltado  
ao mesmo objetivo.” (Discurso na ONU – nº 1)

(49) “*Tais princípios e propósitos* estabelecem um mandato de paz e  
desenvolvimento e permanecem tão relevantes hoje quanto há cinquenta  
anos atrás. Eles coincidem perfeitamente com as aspirações da sociedade  
brasileira” (Discurso na ONU – nº 6)

(50) “*Suas idéias sobre educação* nortearam e Ø continuam a orientar, até  
hoje, nossos educadores.” (Discurso de posse na ABL – nº 1)

Em (46), temos uma retomada nominal, em que foi usado o mesmo SN, e em (47), o  
referente animado foi retomado por pronome e por anáfora zero. Nos exemplos (48), (49) e  
(50), os referentes inanimados foram retomados, respectivamente, por nome, pronome e  
zero.

Há uma tendência, já observada em outros trabalhos (Paredes Silva 1988, 2003,  
2008; Gomes 2003, Duarte 2003, Belford 2006, entre outros) para o uso do pronome  
associado ao traço animado do referente: referentes animados favorecem retomadas por

pronomes. Por outro lado, os referentes inanimados favoreceriam o uso da anáfora zero e, em seguida, do nome.

Apesar das tendências encontradas nos trabalhos já citados, a tabela 10 demonstra que, em nosso *corpus*, quando consideramos as três formas variantes, o referente animado também apresenta um alto percentual de expressão pela anáfora zero:

Animacidade						
	Nome		Pronome		Zero	
	n° / total	%	n° / total	%	n° / total	%
Animado	140/438	31%	60/438	13%	238/438	54%
Inanimado	88/227	38%	32/227	14%	107/227	47%
TOTAL	228/665	34%	92/665	13%	345/665	52%

**Tabela 10: distribuição dos dados quanto ao traço de animacidade**

Observe, na tabela acima, que os percentuais já estão muito próximos, o que desfavorece a seleção da variável pelo programa. Temos muitos personagens (438 referentes animados), principalmente nos discursos da ABL, como demonstrado na tabela 11:

Animacidade nas amostras				
	Animado		Inanimado	
	n° / total	%	n° / total	%
ABL	430/486	89%	56/486	11%
ONU	8/179	4%	171/179	96%
TOTAL	438/665	66%	227/665	34%

**Tabela 11: distribuição dos dados quanto ao traço de animacidade nas amostras**

Temos, de acordo com a tabela 11, 89% dos referentes animados nos discursos da ABL, enquanto que 96% dos referentes inanimados se encontram nos dados dos discursos da ONU. Quando somadas as duas, isso resulta em um equilíbrio.

Quando a escolha é entre sujeito preenchido vs. zero, percebemos pesos relativos muito próximos, como pode ser visto na tabela 12, o que não resultou em seleção desta variável pelo programa:

Animacidade			
	n° / total	%	P.R.
Animado	200/438	45%	0.483
Inanimado	120/227	52%	<b>0.533</b>
TOTAL	320/665	48%	

**Tabela 12: influência do caráter animado/inanimado na presença de sujeitos**

Observamos, ao analisar **os níveis da rodada**, que a animacidade sofre influência da ambiguidade. No primeiro nível da rodada, a animacidade apresenta uma boa significância (0,082), mas, no segundo nível, quando entra a ambiguidade, a significância



passa a ser 0,931. A influência do caráter ambíguo/não-ambíguo no traço de animacidade na presença de sujeitos pode ser vista na tabela seguinte:

Animacidade X Ambiguidade				
	ambíguo		não-ambíguo	
	Apl/T	%	Apl/T	%
animado	118/129	91%	82/309	27%
inanimado	87/90	97%	33/137	24%
TOTAL	205/219	94%	115/446	26%

**Tabela 13: influência do caráter ambíguo/não-ambíguo no traço de animacidade na presença de sujeitos**

Como pode ser visto na tabela 13, o que parece prevalecer é o caráter ambíguo ou não ambíguo, suplantando a questão da animacidade. Ou seja, o fato de ser ou não ambíguo é que influi mais na escolha do preenchimento.

Ao excluir os dados que representam as retomadas feitas por nome, ou seja, uma rodada pronome vs. zero, a animacidade é selecionada (4º grupo a ser selecionado), porém, os resultados demonstram um leve favorecimento do uso do pronome pelo referente inanimado. Como visto na tabela anterior, temos mais referentes inanimados em contextos ambíguos – contextos que favorecem o preenchimento do sujeito. A influência do caráter animado/inanimado na presença de pronomes pode ser vista abaixo:

Animacidade			
	n° / total	%	P.R.
Animado	60/298	20%	0.444
Inanimado	32/139	23%	<b>0.618</b>
TOTAL	92/437	21%	

**Tabela 14: influência do caráter animado/inanimado na presença de pronomes**

Duarte 2003, ao estudar o sujeito pronominal preenchido vs. anáfora zero nos dados do Projeto PEUL/UFRJ (estudos de painel e de tendência), já observa uma diminuição na diferença entre os pesos relativos referentes à animacidade. A autora aponta que tal diminuição “pode indicar que a restrição vai aos poucos se perdendo à medida que o sujeito [- animado] passa igualmente a ser preenchido” (p.124).

Em nosso caso, há um certo equilíbrio no preenchimento correlacionado ao fator animado/inanimado. Contudo, não podemos concordar inteiramente com a autora, uma vez que a taxa de omissão encontrada no nosso estudo ainda é bastante alta (51% de omissão do sujeito – mesma incidência de zero encontrada no estudo com escrita informal (cf. Paredes Silva 1988)).

#### 4.1.6. Ênfase (ou contraste)

A ênfase é tradicionalmente associada ao uso explícito do pronome sujeito (cf. Paredes Silva 1988, Duarte 2003, entre outros). Seguindo a classificação encontrada em

Paredes Silva (op.cit), foram considerados enfáticos (ou contrastivos) os seguintes casos: “sujeitos diferentes para um mesmo item verbal”, “verbos antônimos” (51), “complementos distintos para duas ocorrências de um mesmo verbo” (52), “uma afirmativa e uma negativa atribuídas a núcleos predicados idênticos ou semelhantes” (53), “oposição no espaço ou no tempo” e o uso de palavras ou expressões (que a autora chama de reforço, assim como Cunha 1970), como próprio (54), mesmo (55), e a expressão invariável é que (em (56) em uma construção clivada) que “valorizam o papel do sujeito” (Paredes Silva op. cit.). Vejamos os exemplos:

(51) “E reitero: tal façanha – porque de façanha se trata, se olharmos o mundo a nossa volta – **se iniciou e se completou**, não como fruto de algum tipo de pressão externa ou para atender alguma ação inspirada por padrões de governabilidade impostos de fora, mas única e exclusivamente como resultado do mais profundo sentimento de cidadania compartilhado pelos brasileiros de todas as classes sócias.” (Discurso na ONU – nº 4)

(52) “Desde que assumiu, o Presidente Itamar Fraco **se impôs e impôs ao Governo** a que preside o absoluto respeito à Constituição e às leis e, mais ainda, aos imutáveis princípios do Direito e da Ética.” (Discurso na ONU – nº 4)

(53) “**Não devia ter ido, mas foi.**” (Discurso na ONU – nº 3)

(54) “É assim, com renovada convicção na capacidade de a humanidade resolver os problemas que ela **própria** continuamente cria para si, que iniciamos esta Quadragésima-Oitava Assembléia Geral.” (Discurso na ONU – nº 4)

(55) “Ele **mesmo** relutava em assumir a condição de ficcionista, achava que havia produzido muito pouco para ostentá-la.” (Discurso de posse na ABL – n° 5)

(56) “**É** esse acordo **que** a Academia faz aparecer a cada momento, tornando a palavra mais bela, o pensamento mais lúcido, o sentimento mais profundo.” (Discurso de posse na ABL – n° 1)

A ênfase se mostrou irrelevante quanto ao preenchimento do sujeito (valores percentuais e pesos relativos muito próximos), contudo, foi selecionada na rodada nome vs. pronome, como veremos a seguir.

Na rodada referente ao preenchimento ou não do sujeito foram encontrados mais dados não-enfáticos preenchidos, porém, os pesos relativos não se mostraram tão significativos (.50), como se pode ver na tabela 15:

Ênfase			
	n° / total	%	P.R.
Enfático	37/87	42%	<b>0.502</b>
Não-enfático	283/578	48%	<b>0.500</b>
TOTAL	320/665	48%	

**Tabela 15: influência do caráter enfático na presença de sujeitos**

Vale ressaltar o número baixo de ocorrências classificadas como *enfático*: receberam tal classificação apenas os casos que apresentaram as marcas formais citadas anteriormente.

#### 4.1.7. Situação comunicativa

Quanto à situação comunicativa, como foi explicado em 3.1, temos *discursos oficiais* de políticos e embaixadores brasileiros nas Assembléias Gerais da Organização das Nações Unidas e discursos de posse de acadêmicos na Academia Brasileira de Letras.

Aqui estamos partindo da noção de *discurso oficial* como um gênero, tal como proposto em Marcuschi (2002), mas acreditamos que a situação comunicativa, isto é, o fato de esses discursos serem proferidos por políticos e embaixadores brasileiros nas Assembléias Gerais da Organização das Nações Unidas ou por acadêmicos recém-eleitos na Academia Brasileira de Letras, embora faça parte da caracterização do gênero, produza diferenças.

Mesmo as amostras sendo relativamente semelhantes, por serem ambas situações muito formais, dirigidas a um público específico e tendo sido equilibradas quanto ao período em que foram coletadas (entre 1990 e 1995), ao número de exemplares de cada amostra (seis discursos de acadêmicos e seis de políticos) e ao número de palavras (aproximadamente 22 mil palavras em cada amostra), o total de ocorrências obtido em cada amostra foi bem diferente, como é demonstrado na tabela a seguir:

Situação comunicativa		
	n° / total	%
Discurso na ONU	179/665	26%
Discurso na ABL	486/665	73%

**Tabela 16: distribuição dos dados de acordo com a situação comunicativa**

Temos muito mais retomadas de referentes nos discursos dos acadêmicos do que nos dos políticos. Os discursos na ABL têm sequências com mais continuidade tópica (referencial), o que contribui para que tenha menos preenchimento do sujeito, como pode ser constatado através da leitura da tabela 17:

Situação comunicativa			
	n° / total	%	P.R.
Discurso na ONU	99/179	55%	<b>0.601</b>
Discurso na ABL	221/486	45%	0.462
TOTAL	320/665	48%	

**Tabela 17: influência da situação comunicativa na presença de sujeitos**

Como foi explicado anteriormente, em 3.2, o acadêmico, ao tomar posse da cadeira, tem que prestar uma série de homenagens. Temos, assim, um discurso laudatório mais centrado em personagens (como visto em (57)) do que os discursos dos políticos, onde há um predomínio de entidades mais abstratas (como demonstrado em (58)), como a democracia, o desenvolvimento, a paz, por exemplo. Enquanto os discursos dos políticos

são mais explicativos/expositivos, os discursos dos acadêmicos possuem mais sequências narrativas, mas também expositivas/explicativas.

(57) “Carlos Chagas, quando embaixador na Unesco, desempenhou missão de relevante importância para o desenvolvimento da ciência no Brasil. Exerceu com brilhantismo, durante 16 anos, a Presidência da Academia Pontifícia de Ciências, para a qual fora nomeado por Sua Santidade o Papa Paulo VI. Carlos Chagas deu ao nosso País posição universal, sem perder a simplicidade e a doçura próprias dos grandes homens.”(Discurso de posse na ABL – nº 1)

(58) “Adaptação criativa significa que estamos dispostos a trabalhar dentro da realidade internacional vigente, com todas as suas limitações, para encontrar novos patamares de convivência, superiores aos existentes. Visão de futuro é o elemento que nos inspira a ir além da ação pragmática e agir sobre ela para aproximar a realidade dos ideais que nos movem. O consenso é um processo que requer construção contínua. Não se enquadra dentro da teoria do contratualismo clássico, como se a organização social representasse uma conquista acabada.” (Discurso na ONU – nº 3)

## 4.2. Nome vs. pronome

Serão apresentados, a seguir, apenas os resultados referentes às variáveis selecionadas na rodada nome vs. pronome seguindo a ordem de seleção. Tomou-se, aqui, o nome como aplicação da regra.

### 4.2.1. Ambiguidade

A variável ambiguidade foi a primeira a ser selecionada tanto na rodada sujeito preenchido vs. não-preenchido quanto na rodada nome vs. pronome. Note que, assim como demonstrado na tabela 3 (preenchido vs. não-preenchido), mais uma vez os resultados se mostraram bem polarizados e confirmam a tendência a preencher a posição de sujeito com o nome em contextos ambíguos – como pode ser visto na tabela abaixo:

Ambiguidade			
	n° / total	%	P.R.
Ambíguo	178/205	86%	0.689
Não-ambíguo	50/115	43%	0.194
TOTAL	228/320	71%	

**Tabela 18: influência do caráter ambíguo/não-ambíguo no uso do nome**

Há casos em que o pronome não resolveria a ambiguidade, como acontece em (59):



(59) “Castro Alves sentiu arder em José Bonifácio o Moço a mesma chama que lhe inspirava o verso, ao ouvi-lo, junto com toda uma plêiade de outros jovens, entusiasmados pelas causas progressistas que **nosso patrono** corajosamente defendeu, com brilho, até a morte.” (Discurso de posse na ABL – n° 1)

Em (59), temos dois possíveis referentes (Castro Alves e José Bonifácio o Moço) para o termo destacado que, se fosse substituído pelo pronome ele, por exemplo, comprometeria a compreensão da frase. Assim, como nos é informado pelo acadêmico, no parágrafo anterior ao que possui o exemplo, que “José Bonifácio o Moço é o patrono da Cadeira número 22”, o informante opta por retomar José Bonifácio o Moço através do SN nosso patrono – o que impossibilita qualquer dúvida quanto a quem ele se refere.

Repare-se que, ao retirar as ocorrências de anáfora zero, o número de dados em contextos não-ambíguos cai drasticamente (de 446 dados para 115) – já nos contextos ambíguos a diferença é mínima (de 219 dados para 205).

#### 4.2.2. Tipo sintático da oração

As orações principais e independentes apresentaram resultados bem parecidos: são as orações que mais favorecem o preenchimento do sujeito através do nome – os resultados são bem próximos. As orações coordenadas, assim como as dependentes, ao contrário, são

as que menos favorecem o uso do nome, apresentando resultados bem distantes dos expressos pelas orações principais e independentes, como demonstrado na tabela abaixo:

Tipo sintático da oração			
	n° / total	%	P.R.
Orações Principais	77/99	77%	<b>0.599</b>
Orações Independentes	99/123	80%	<b>0.634</b>
Orações Coordenadas	4/13	30%	0.111
Orações Dependentes	48/85	56%	0.280
TOTAL	228/320	71%	

**Tabela 19: influência do tipo de oração no uso do nome**

Esta variável também foi a segunda selecionada na rodada sujeito preenchido vs. não-preenchido. Assim como demonstrado em 4.1.2., na tabela 5, os resultados se mostraram bem polarizados e confirmam que orações principais e independentes favorecem o preenchimento da posição de sujeito com o nome.

#### 4.2.3. Escala de conexão discursiva

Podemos observar, na tabela seguinte, que o uso do nome aumenta conforme a diminuição do grau de conexão, ou seja, quanto mais estreita a conexão, menor a ocorrência do nome – resultados semelhantes aos demonstrados na tabela 7, na seção

anterior. O peso relativo do Grau 4 referente à influência da conexão discursiva no uso do nome não segue a mesma hierarquia em relação à frequência. Os resultados da rodada nome vs. pronome referentes à escala discursiva são apresentados abaixo:

Escala de conexão discursiva			
	n° / total	%	P.R.
Grau 2	20/43	46%	0.373
Grau 3	20/36	55%	0.477
Grau 4	91/137	66%	<b>0.382</b>
Grau 5	62/68	91%	0.794
TOTAL	193/284	67%	

**Tabela 20: influência da conexão discursiva no uso do nome**

Retomando a tabela 6, notamos que é no Grau 4 que temos mais pronomes (46/92, equivalente a 50%, ou seja, a metade do total de retomadas através de pronomes encontra-se no Grau 4). Assim, uma possível explicação para o peso relativo do Grau 4 referente à influência da conexão discursiva no uso do nome não seguir a mesma hierarquia em relação à frequência é a alta incidência de pronomes.

#### 4.2.4. Ênfase (ou contraste)

Observamos que, entre nome e pronome, o caráter enfático desfavorece o uso do nome, como é demonstrado na tabela 21:

Ênfase			
	n° / total	%	P.R.
Enfático	21/37	56%	0.292
Não-enfático	207/283	73%	0.529
TOTAL	228/320	71%	

**Tabela 21: influência do caráter enfático no uso do nome**

Observe-se que dos 37 casos de enfático, 16 são de pronomes, dos quais a metade ocorre com as expressões próprio, mesmo e é que. Atribuímos a esse fato a correlação mais forte do enfático com o pronome.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente trabalho, o objetivo principal foi verificar como ocorre a retomada de um referente na fala culta formal. Para isso, utilizamos como *corpus discursos oficiais* (de políticos e embaixadores nas Assembléias Gerais da ONU e discursos de posse na ABL), adotando classificação feita por Marcuschi (2001). Os discursos usados nesta pesquisa foram considerados “oficiais” por serem característicos de ocasiões muito específicas e que exigem um alto grau de formalidade – o que atendia ao objetivo de ter como *corpus* material que representasse a fala culta formal. No contínuo fala-escrita, Marcuschi 2001 coloca o *discurso oficial* como o mais próximo da escrita. Tanto os discursos na ONU quanto os de acadêmicos são previamente escritos para depois serem lidos, não há espaço para improvisação, ou seja, o meio de produção é oral, mas a concepção é escrita (cf. Marcuschi op.cit).

Adotando-se uma abordagem variacionista, foram consideradas as três formas de retomar referentes de 3ª pessoa, definidos e determinados, na posição de sujeito e em orações com verbos finitos: SNs, pronomes e anáforas zero. Para investigar como ocorreram as retomadas nos discursos na ONU e de acadêmicos e quais fatores favoreceriam determinada forma, foram utilizadas como variáveis deste estudo a escala de conexão discursiva, o traço de animacidade do referente, a ambiguidade, a ênfase (ou contraste), o tipo sintático da oração, os tipos textuais e a situação comunicativa considerando o preenchimento ou não do sujeito e, no caso de sujeito preenchido, se o preenchimento ocorria através do nome ou do pronome.

Após o levantamento dos dados, verificou-se uma alta incidência de anáfora zero como forma se retomar um referente – 51%, resultado próximo ao encontrado por Paredes Silva 1988 no estudo em que a autora teve como *corpus* a escrita informal (cartas pessoais). Apesar da diferença de mais de 10 anos (pois as cartas utilizadas pela autora são do começo dos anos 80) entre a amostra do presente trabalho e a amostra utilizada por Paredes Silva, os resultados apontam na mesma direção, até mesmo em níveis gerais de anáfora zero (cerca de 50%). Assim, meus dados acabam se comportando de um modo mais próximo da escrita.

Constataram-se, ainda, muitas ocorrências do nome como estratégia de retomar as informações evocadas (em segundo lugar, depois do zero) – resultado semelhante ao apresentado em Paredes Silva 2008 sobre a escrita jornalística –, quando o esperado era que o nome fosse a forma que teria menos ocorrências. A alta incidência de nomes, porém, não é causada apenas por repetições, mas, dado o estilo formal, por recategorizações – itens lexicais novos, ainda que estejam retomando um referente já introduzido, como o dono da casa retomando um matuto, em (18); esta Casa recategorizando o referente as Nações Unidas, em (32); ou José Bonifácio o Moço retomado através do SN nosso patrono, como em (59), por exemplo. As recategorizações representaram 30% das retomadas nominais (69 recategorizações em 228 retomadas nominais).

Já em relação ao uso do pronome como estratégia de retomada, ao comparar os nossos resultados com os apresentados por Paredes Silva 2003, tendo como *corpus* a fala informal, notamos que os índices gerais de aplicação da regra, ou *input*, referente à terceira pessoa, nas amostras utilizadas pela autora (0,59 na Amostra dos anos 80 e 0,55 na Amostra de 2000 (C)) são próximos dos resultados encontrados nesta pesquisa (0,48).

Assim, nossos resultados também se aproximam daqueles de pesquisas envolvendo a fala, o que mostra o caráter “intermediário” (de escrita falada) dos textos analisados.

Foi observado que o caráter ambíguo favorece o preenchimento do sujeito e o uso do nome, já que o nome é a melhor escolha quando o contexto não é claro o suficiente para identificar o referente em questão. Os resultados confirmaram a tendência a preencher a posição de sujeito com o nome em contextos ambíguos, corroborando o que diz a gramática tradicional.

A variável tipo de oração foi utilizada com objetivo de verificar se as orações coordenadas – orações consideradas tradicionalmente como favorecedoras da anáfora zero – realmente favoreceriam o uso do zero por terem uma relação de dependência sintático-semântica mais estreita com outras orações. Tal hipótese foi confirmada. As orações coordenadas, assim como as dependentes, são as que menos favorecem o preenchimento do sujeito e o uso do nome. Há, nessas orações, principalmente nas coordenadas, um predomínio de anáforas zero.

Na análise da escala de conexão discursiva, foi encontrado uso categórico do nome no grau mais alto da escala, resultado semelhante ao encontrado por Paredes Silva 1988. Já no Grau 1, que representa a conexão ótima, não obtivemos sequer uma ocorrência de SN. Notamos que o preenchimento do sujeito e as retomadas nominais aumentam conforme a conexão diminui, ou seja, há um aumento gradativo do preenchimento do sujeito ao longo da escala.

Quanto aos tipos textuais, notamos que as sequências argumentativa e expositiva/explicativa favorecem o uso do sujeito preenchido pois acreditamos que haja

uma necessidade maior de nomes explícitos para estabelecer conceitos e idéias. Tal variável se mostrou irrelevante na rodada nome vs pronome.

A ênfase se mostrou relevante apenas na rodada nome vs. pronome. Apesar do baixo número de ocorrências classificadas como enfático, observamos, na rodada nome vs. pronome, que o caráter enfático favorece o uso do pronome. Acreditamos que esse resultado esteja ligado ao uso das expressões próprio, mesmo e é que associadas a pronomes.

A variável animacidade não se mostrou relevante neste estudo, contrariando nossas expectativas. Ela não foi selecionada nem na rodada nome/pronome vs. zero, nem na nome vs. pronome.

Finalmente, ao analisar qual a influência da situação comunicativa nas retomadas, observamos maior incidência de retomadas de referentes nos discursos dos acadêmicos do que nos dos políticos. Acreditamos que isso se deva ao fato de os discursos na ABL terem mais sequências narrativas contínuas o que contribui também para que haja menos preenchimento do sujeito. Entretanto, a variável situação comunicativa não foi selecionada em nenhuma rodada.

Buscou-se, com este trabalho, ampliar as pesquisas a respeito da continuidade referencial, neste caso, com um *corpus* peculiar (formado por *discursos oficiais*) por se tratar de fala extremamente formal mais próxima da escrita (na verdade, discursos previamente escritos) proferida em situações especiais (Assembléias Gerais da ONU e cerimônias de posse de acadêmicos na ABL) com público bem específico – *corpus* bem diferente dos utilizados em pesquisas anteriores, como entrevistas sociolinguísticas (acervo PEUL/UFRJ), textos jornalísticos e cartas pessoais. Ainda há muitas investigações



possíveis sobre esse tema. Após trabalhos sobre fala, sobre escrita e sobre escrita próxima da fala, espero que esta dissertação sobre fala próxima da escrita seja mais uma contribuição entre os trabalhos sobre a continuidade referencial.

## 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

*A palavra do Brasil nas Nações Unidas, 1946 – 1995*. Brasília, FUNAG, 1995.

APHOTHÉLOZ, D.; REICHELER-BEGUELIN, M.-J., 1995, Construction de la reference et strategies de designation, *Tranel*, 23, 227-271

BAKHTIN, M.M.(1986) *Speech genres and other late essays*. Austin: Univ. of Texas Press.

BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. Rio de Janeiro, Lucerna, 2004.

BELFORD, Eliaine de Moraes. *Topicalização de objetos e deslocamento de sujeitos na fala carioca: um estudo sociolinguístico*. Dissertação de Mestrado em Linguística. Rio de Janeiro: UFRJ, Faculdade de Letras, 2006.

BENTIVOGLIO, Paola A. *Topic continuity and discontinuity in discourse: a study of spoken Latin-American Spanish*. In GIVÓN, Talmy (ed.) [Topic Continuity in Discourse](#): quantitative cross-language studies. Amsterdam, John Benjamins, 1983, 255-311.

\_\_\_\_\_. *Why “canto” and not “yo canto”? The problem of the first person subject pronoun in spoken Venezuelan Spanish*. M. of Arts thesis – University of California, 1980.

BEZERRA, Gabrieli Pereira. *A coesão lexical através de SN's em cartas pessoais*. Rio de Janeiro: UFRJ. Faculdade de Letras, 2003. Dissertação de Mestrado em Linguística.

BEZERRA, Maria Auxiliadora. Padrões de oralidade presentes na explicação de textos na sala de aula. *Linguagem & Ensino*, Vol. 1, No. 2, 1998 (27-38).

BONINI, Adair. *A noção de seqüência textual na análise pragmático-textual de Jean-Michel Adam*. In: MEURER, L. J., BONINI, A., MOTTA-ROTH, D. Gêneros: teorias, métodos, debates. São Paulo, Parábola, 2005.

BRAVIN DOS SANTOS, Ângela Marina. *O sujeito anafórico de 3ª pessoa na fala culta carioca: um estudo em tempo real*. Tese de doutorado em Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: UFRJ/FL, 2006.

BRONCKART, Jean-Paul. *Seqüências e outras formas de planificação*. In: Atividade de linguagem, textos e discursos. São Paulo: EDUC, 1999.

\_\_\_\_\_. *Os tipos de discurso*. In: Atividade de linguagem, textos e discursos. São Paulo, EDUC, 1999.

CALLOU, OMENA & PAREDES SILVA. Teoria da Variação e suas relações com a semântica, a pragmática e a análise do discurso. In: *Cadernos de estudos lingüísticos 20*. Campinas: Unicamp/IEL, 1991, p. 17-21.

CAVALCANTE, Mônica Magalhães. *As nomeações em diferentes gêneros textuais*. In: Cadernos de Estudos Lingüísticos. Campinas, SP, UNICAMP/IEL, 2001.

CEZARIO, Maria Maura da Conceição. *Variação do sujeito na primeira pessoa do singular*. Rio de Janeiro: UFRJ. Faculdade de Letras, 1994. Dissertação de Mestrado em Lingüística.

CHAFE, W. *Cognitive constraints on information flow*. In: R: TOMLIN Coherence and grounding in discourse. Amsterdam, John Benjamins, 1984.

\_\_\_\_\_. *Integration and involvement in speaking, writing and oral literature*. In: TANNED, D. (ed) Spoken and written language: exploring orality and literacy. Norwood, N.J. Ablex, 1982.

\_\_\_\_\_. (1976): Givenness, contrastiveness, definiteness, subjects, topics and point of view, Li, C.N. (ed.) (1976): *Subject and topic*, New York, Academy Pres, pp.27-55.

CUNHA, C. & CINTRA, L. F. *Nova gramática do português contemporâneo*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1985.

CUNHA, Maria Angélica Furtado, OLIVEIRA Mariângela Rios & MARTELOTTA, Mário Eduardo (orgs). *Lingüística funcional: teoria e prática*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

Discurso de posse [Disponível em < <http://www.academia.org.br/>>]

DUARTE, M. E. L. . A evolução na representação do sujeito pronominal em dois tempos. In: M. da Conceição de Paiva; M. Eugenia L. Duarte. (Org.). *Mudança Lingüística em Tempo Real*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2003, v. , p. 115-128.

FREITAS, Ernani Cesar. A topicalidade e a distância referencial: um estudo do sintagma nominal definido no gênero editorial. In: *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 43, n. 1, p. 41-47, jan./mar. 2008.

GARCIA, Othon Moacir. *Comunicação em Prosa Moderna*. Rio de Janeiro: FGV, 1978.

GIVÓN, T. *Functionalism and grammar*. Amsterdam/Philadelphia, John Benjamins, 1995.

\_\_\_\_\_. *Topic continuity in discourse: The functional domain of switch-reference*. In: John Haiman & P. Munro (eds) Switch-reference and universal grammar. Amsterdam/Philadelphia, John Benjamins, pp.51-82, 1983.

GOMES, C. A. . Variação e mudança na expressão do dativo no português brasileiro. In: Maria da Conceição de Paiva; Maria Eugênia Lamoglia Duarte. (Org.). *Mudança Lingüística em Tempo Real*. 1 ed. Rio de Janeiro: Contracapa/Faperj, 2003, v. 1, p. 81-96.

GRYNER, H. (2000). A Seqüência Argumentativa: Estrutura e Função. In: *Veredas, Revista de Estudos Lingüísticos*. Juiz de Fora: EdUFJF.

HOPPER, Paul & THOMPSON, Sandra. Transitivity in grammar and discourse. In: *Language*, 56 (2): 251-299, 1980.

KATO, Mary. No mundo da escrita. São Paulo: Ática, 1987.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. *As tramas do texto*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

\_\_\_\_\_. *A referenciação como atividade cognitivo-discursiva e interacional*. In: Cadernos de Estudos Lingüísticos (41), Campinas: UNICAMP, jul-dez, 2001

LABOV, W. (1972) *Sociolinguistic Patterns*. Philadelphia, University of Pennsylvania Press.

LI, Charles N. & THOMPSON, Sandra A. Third-person pronouns and zero-anaphora in Chinese discourse. In: GIVÓN, T. (ed) Syntax and Semantics, vol.12: Discourse and Syntax. New York: Academic Press, 1979. p. 311-335.

LIRA, S. (1982). Nominal, pronominal and zero subject in Brazilian Portuguese. Tese. (Doutorado) – University of Pennsylvania: University Microfilms International.

MARCUSCHI, L.A. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

\_\_\_\_\_. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: Dionísio, Ângela Paiva; Machado, Anna Rachel; Bezerra, Maria Auxiliadora. (Org.). *Gêneros Textuais & Ensino*. Rio de Janeiro: Editora Lucerna, 2002, v. , p. 19-36.

\_\_\_\_\_. *Da fala para a escrita: atividades de retextualização*. São Paulo: Cortez, 2001.

MARTELOTTA, Mário Eduardo (org.). *Manual de lingüística*. São Paulo: Contexto, 2008.

MOLLICA, Maria Cecília & BRAGA, Maria Luiza. *Introdução à sociolingüística – o tratamento da variação*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2007.

NARO, A.; VOTRE, S (1989). Mecanismos funcionais do uso da língua. *DELTA*, 5(2). p.169- 184.

NEVES, Maria Helena de Moura. *A gramática funcional*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

OCHS, E. "Planned and unplanned discourse," in *Syntax and semantics*, vol. 12: *Discourse and syntax*, ed. by T. Givon. New York: Academic Press, 1979.

PAREDES SILVA, V. L. *Desfazendo um mito: a repetição na escrita e suas funções*. In: Cláudia Nívia Roncarati ;Jussara Abraçado. (Org.). Português Brasileiro II. Contato lingüístico, heterogeneidade e história. 1 ed. Niterói: EdUFF- Editora da Universidade Federal Fluminense, 2008, v. 1, p. 334-344.

\_\_\_\_\_. *A continuidade de referência em gêneros da escrita e da fala no português brasileiro*. In: XXII Encontro da Associação Portuguesa de Linguística, Lisboa, APL, 2007, pp. 625-636.

\_\_\_\_\_. *Gêneros e tipos de texto: problemas de superposição e segmentação*. Palestra apresentada na Faculdade de Letras da UNESP, Araraquara, em 7 de outubro de 2005.(mimeo)

\_\_\_\_\_. *Motivações funcionais no uso do sujeito pronominal: uma análise em tempo real*. In: PAIVA, M. da Conceição & DUARTE, Maria Eugênia Lamoglia (orgs.) Mudança lingüística em tempo real. Rio de Janeiro: Contra Capa/Faperj, 2003. P. 97-114.

\_\_\_\_\_. *Forma e função nos gêneros de discurso*. In: NEVES, Maria Helena de Moura, BRAGA, Maria Luiza & Paiva, Maria Conceição (orgs.) *Alfa*, V. 41 (n.esp). São Paulo: UNESP, 1997.

\_\_\_\_\_. *Quando escrita e fala se aproximam: uso do pronome de terceira pessoa em cartas pessoais*. In: MACEDO, MOOLICA & RONCARATI (orgs) Variação e discurso. RJ, ed. Tempo Brasileiro, 1996.

\_\_\_\_\_. (1993) Subject omission and functional compensation: evidence from written Brazilian Portuguese. *Language Variation and Change* 5 (1),pp.35-49.

\_\_\_\_\_. (1991) *Por trás das frequências*. *ORGANON*, v. 18, p. 23-36, 1991.

\_\_\_\_\_. *Cartas cariocas: a variação do sujeito na escrita informal*. Tese de Doutorado em Linguística. Faculdade de Letras/UFRJ. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1988.

PRINCE, E. *On the given and new distinction*. Chicago, Linguistic Society 15, 1981.

SILVA, Marta Cristina. *A noção de gênero em Swales: revisitando conceitos*. In: *Recorte - revista de linguagem, cultura e discurso*, ano 2 - número 3 - julho a dezembro de 2005.

SWALES, John. *The concept of genre*. In: \_\_\_\_\_. *Genre analysis: English on academic and research settings*, Cambridge University Press, 1990.

TARALLO, Fernando. *A pesquisa sociolinguística*. São Paulo: Ática, 1985.

WEINREICH, Uriel; LABOV, William & HERZOG, Marvin I. *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança lingüística*. Trad. Carlos Bagno. São Paulo: Parábola, 2006.

## 7. ANEXOS

Nos anexos, encontra-se parte do material analisado, correspondendo a um discurso oficial proferido na ONU, no anexo 7.1, e um exemplo de discurso na ABL, no anexo 7.2.

7.1 discurso na ONU:

### **XLV Sessão Ordinária da Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas 1990**

**Presidente Fernando Collor**<sup>11</sup>

Senhor Presidente, Senhores Delegados,

Acolha, Senhor Presidente, meus cumprimentos por sua eleição. O talento de Vossa Excelência garante que nossas atividades serão conduzidas em eficácia e equidade. Quero, também, apresentar ao seu ilustre antecessor nosso agradecimento pelo importante trabalho que realizou.

Ao Secretário-Geral Javier Pérez de Cuellar asseguro que o Brasil acompanha e apóia a ação diplomática que tem desenvolvido no desempenho de suas atribuições. Reconhecemos em Sua Excelência um Secretário-Geral dinâmico e dedicado aos propósitos maiores das Nações Unidas. Há poucos dias, o Liechtenstein foi admitido como novo Estado-membro. Em nome do Brasil, desejo dar-lhe boas-vindas e augurar-lhe todo o êxito em nossa Organização.

Senhor Presidente,

Esta é a primeira vez em que me dirijo à Assembléia Geral das Nações Unidas. Registro com emoção a coincidência de inaugurar este ano o debate geral precisamente quando, no Brasil e no mundo, transformações múltiplas e profundas estão revendo os conceitos e preconceitos que há décadas vinham asfixiando a comunidade de nações.

Trago-lhes o entendimento do povo e do novo Governo brasileiros quanto às perspectivas mundiais de paz, liberdade e progresso, e sobre o papel que caberá à Organização nos próximos anos.

Estou convencido de que por este fórum privilegiado de reflexão e análise passará necessariamente a aurora de um tempo que estamos tentando construir, cujo brilho dependerá, em última instância, dos esforços individuais e coletivos que logremos enviar pela paz mundial, pela prosperidade das nações e pela solidariedade crescente entre os povos.

---

<sup>11</sup> **Fernando Affonso Collor de Melo**, nascido no Rio de Janeiro, em 12 de agosto de 1949. Formado em Economia e Jornalismo. Governador de Alagoas entre 1986 e 1989. Presidente da República de 15/3/90 e 30/9/92.

Nos últimos doze meses, certos acontecimentos transformaram o panorama das relações internacionais, em especial no eixo Leste-Oeste. Povos até então submetidos a regimes autoritários assumiram com firmeza, em definitivo, a trilha da democracia. O fim da Guerra Fria significou a liquidação de uma herança amarga de desilusões, confrontos e riscos para a própria sobrevivência da humanidade. O abrandamento das tensões internacionais tornou clara a compreensão de nosso destino comum, sublinhado o caráter global das relações dos homens entre si e com o meio ambiente.

Sob o impulso promissor das novas tendências, quase nos permitimos em sentimento de euforia e complacência. Mas a fragilidade da ordem internacional, o efeito desestabilizador de certas situações regionais e a gravidade dos problemas econômicos recomendam-nos cauta reserva.

A crise que se abateu sobre o Kuaite constituiu inesperada e grave ameaça à paz coletiva. Na opinião do Governo brasileiro, é essencial que se dê cumprimento imediato às resoluções adotadas, em termos cominatórios, pelo Conselho de Segurança.

Essas resoluções respondem ao clamor da opinião pública internacional. Seu fundamento jurídico se encontra na Carta da Organização. Em conseqüência, as partes envolvidas têm o compromisso de acatá-las, não como sinal de fraqueza, mas como incontornável obrigação legal e política. Esta parece ser a única forma justa e pacífica de restabelecer a tranqüilidade na região e no resto do mundo. Todos os Estados – queremos crer – estão profundamente interessados na paz e no emprego ágil e eficaz de meios diplomáticos para evitar o conflito.

Ao darem plena e imediata execução àquelas resoluções, os Estados-membros demonstraram que é inaceitável a quebra da ordem jurídica, numa época em que as armas, mesmo convencionais, têm enorme capacidade de destruição e em que a economia internacional configura uma rede de interesses complementares. Afirmaram, também, seu decidido apoio à ação das Nações Unidas naquela área, onde há tantos anos uma crise vem fustigando povos merecedores, como todos os outros, de paz, segurança e prosperidade. Ao Brasil sensibiliza particularmente a sorte do sofrido povo libanês, dividido por embates internos e tolhido em sua capacidade soberana de decidir seu próprio destino pela presença de tropas estrangeiras.

Reitero a determinação do meu Governo de, no âmbito de sua jurisdição interna, cumprir de forma integral a Resolução 661 do Conselho de Segurança.

As decisões daquele órgão afetam de forma muito diferenciada os interesses econômicos dos Estados-membros, e o Brasil – que sabidamente já lutava com dificuldades – figura entre os países que, fora da área, mais estão penalizados.

Senhor Presidente,

Em estreita sintonia com as tendências mais positivas da história contemporânea, o Brasil passa por profundas transformações que o colocam na rota da democracia absoluta e definitiva, da abertura econômica e da justiça social. Eleito por meus concidadãos, no mais livre dos pleitos de nossa história, assumi amplas responsabilidades pessoais e políticas perante os 150 milhões de brasileiros. O mandato que me conferiu o povo é o de promover a rápida modernização e a plena integração do país na economia internacional, para torná-lo



mais competitivo e para que sua gente alcance os níveis de bem-estar a que seu talento e operosidade lhe dão direito.

Meu compromisso é o de recuperar o Estado e a sociedade, garantir o funcionamento em sua plenitude das instituições democráticas, reestruturar e revitalizar a economia, derrotar a inflação, liberar as forças criadoras da iniciativa privada, combater a miséria que ainda atormenta parcelas do meu povo.

É meu dever, também, proteger os setores mais vulneráveis da sociedade. Por isso coloquei a criança e o jovem no alto da lista das prioridades do meu governo. As crianças – tem-se repetido – encarnam o futuro, e isso é tanto mais verdade no Brasil, país de maioria jovem, ansioso por modernizar-se.

Sabemos quão dramáticos são os problemas de nosso país nessa área. Não os ocultamos, nem escondemos nossa determinação de enfrentá-los e resolvê-los. As iniciativas abrangentes que vimos tomando em apoio à criança demonstram empenho em fazer com que as potencialidades brasileiras se transformem em realidades perenes.

Nesse espírito, saúdo com entusiasmo a iniciativa da convocação da Cúpula para a Criança, a que o Brasil se associa, e da qual pretendo participar pessoalmente, de modo intenso e construtivo.

Senhor Presidente,

Ao amparo de transformações importantes ora em curso, desaparecem pessimismos arraigados e procuram compor-se visões contraditórias. O autoritarismo está condenado. Afirma-se uma atitude política e psicológica baseada no avanço concreto rumo à liberdade, à democracia e ao melhor diálogo entre as nações.

Nesse momento, nenhum governo pode excluir-se, ou ser excluído, do debate sobre as perspectivas da ordem mundial. Na América Latina chegamos, com dificuldade, a um estágio avançado de construção democrática e de respeito aos direitos humanos, avanços de que nos orgulhamos e que nos dão renovado ânimo.

Em nossa região, como em outras, mulheres, homens e, sobretudo, os jovens cobram novas energias e esperanças. A América Latina volta a fazer jus aos sonhos libertários de seus povos e se reconcilia com sua verdadeira vocação democrática.

Na África caem os resquícios do passado colonialista, ao mesmo tempo em que, finalmente, recua o derradeiro foco do segregacionismo e do racismo. Saúdo, com todos os brasileiros, a independência da Namíbia, processo com que meu país sempre esteve solidário, e auguramos ao novo Estado a realização de suas enormes potencialidades. Saúdo, igualmente, a libertação de Nelson Mandela, recebida com entusiasmo pelo Brasil, e lhe desejo todo o êxito em sua corajosa luta.

Globaliza-se a agenda da comunidade internacional. As Nações Unidas encontram-se diante da tarefa da construção de uma nova estrutura de paz e prosperidade. Não mais se pode imaginar um mundo cronicamente dividido em metades que se hostilizam. Nem a ideologia, nem a pobreza podem continuar a separar os seres humanos.

O Governo brasileiro está preparado para discutir as linhas básicas de uma nova estrutura internacional, que garanta a paz e promova a cooperação. Não nos parece bastante preservar os atuais arranjos políticos e econômicos globais, menos ainda reeditar o passado recente ou remoto. O conceito antiquado de poder – como capacidade de destruir e como

manifestação de hegemonia econômica – deve ser, finalmente, abandonado. É preciso desmontar os instrumentos práticos do seu exercício. Assim:

**I)** As alianças militares devem ser transformadas em profundidade, para refletir o mundo convergente e interdependente em que passamos a viver.

**II)** Os processos parciais de desarmamento devem ampliar-se, assumindo, para honrar os anseios da comunidade internacional, um alcance geral e completo, sobretudo no campo nuclear e no das armas químicas.

**III)** Finalmente, os quadros de tensão regional deverão passar por rigoroso tratamento diplomático e político que os elimine como focos de instabilidade global.

É imperativo, sobretudo, articular um conceito moderno do poder mundial, como uma capacidade revolucionária de inventar, produzir e construir, em benefício de todas as nações, de todos os povos.

A paz tem múltiplas faces e traduz, em nível internacional, a tendência à democracia, à participação e à representatividade. A democratização da ordem mundial é o pressuposto de uma paz justa, sólida, livre de ameaças, do predomínio hegemônico dos mais desenvolvidos ou dos mais fortes. Para tanto, as grandes instituições internacionais devem expressar a nova realidade e ser capazes de acomodar a rápida e fecunda ampliação dos contatos entre Estados e a formação de agrupamentos múltiplos.

Exemplo desse conceito abrangente de paz é o novo ritmo do processo de diálogo e integração na América do Sul. Os países amazônicos, os andinos e os do Cone Sul conferem, a cada dia, maior densidade a seu entendimento. Entre esses esforços, avulta a determinação dos governos do Brasil e da Argentina de criarem um mercado comum, antes de dezembro de 1994. O processo de integração, no Cone Sul, envolve, além do Brasil e Argentina, Paraguai, Uruguai e Chile.

Na América Latina, ganha força a articulação do Grupo do Rio, iniciativa pioneira de coordenação diplomática, que agora chega à maturidade política. Nossa área tem, portanto, condições de diálogo como os centros da economia mundial – os EUA, a Europa Ocidental e o Japão – para a exploração de novas oportunidades de intercâmbio e cooperação econômica. A propósito, a recente iniciativa de caráter econômico lançada pelo Governo norte-americano recebeu avaliação positiva por parte de muitos países da América Latina e por certo há de consolidar-se nos próximos meses.

No Atlântico Sul, a zona de paz e cooperação – constituída um dia por resolução desta Assembléia – ganha em consistência e, com o abrandamento da tensão internacional, incorpora elementos de interesse coletivo, como a defesa e preservação do meio marinho. Nesse campo, a nossa zona de paz e cooperação poderá exercer papel inovador, em escala mundial, se contar com cooperação financeira e tecnológica mais decidida.

O Brasil ratificou o Tratado de Tlatelolco, e tem reiterado, nos foros internacionais, seu respeito aos propósitos deste e de outros acordos internacionais congêneres. Ainda recentemente, Brasil e Argentina anunciaram de público que a implementação do Tratado de Tlatelolco está sendo objeto de intensa troca de opiniões entre as partes interessadas. Esse tratado, iniciativa latino-americana pioneira no campo da não-proliferação de armas nucleares, precedeu qualquer outro esforço de caráter regional ou universal voltado ao mesmo objetivo. Penso, contudo, que é chegado o momento de ir mais longe ainda. O Brasil de hoje descarta a idéia de qualquer experiência que implique explosões nucleares,

ainda que para fins pacíficos, e espera que outros países considerem a hipótese de tomar o mesmo caminho.

Senhor Presidente,

Ao Brasil interessam todas as mudanças que visam à consolidação da liberdade e da democracia, ao fortalecimento da verdadeira paz e da segurança internacional, ao fim dos velhos mitos e à reconciliação da eficiência com a justiça. Nem tudo, porém, quanto se passa na ordem internacional apresenta sentido de futuro:

**I)** As estruturas de poder ainda não foram afetadas em sua essência. Poder-se-ia, mesmo, temer pelo reforço da estratificação internacional, tanto econômica quanto política, pelo viés da discriminação no acesso ao conhecimento científico e tecnológico.

**II)** Os esforços pelo desarmamento ainda guardam forma embrionária, e sua condução diplomática numa esteve tão distante dos foros de representação multilateral.

**III)** Episódios militares, em diferentes áreas do mundo, deixam ver que também não estão equacionados muito dos problemas de segurança regional.

**IV)** Renovam-se em algumas latitudes as manifestações da xenofobia e do racismo.

Não renunciamos, porém, ao otimismo. A história não se reescreverá. Pensamos que, diante dos desafios globais da vida moderna, a Humanidade caminhará – apesar das dificuldades e percalços – em direção a formas pacíficas e produtivas de convivência. A nova estrutura mundial deverá significar um avanço na busca da felicidade humana. Não estamos condenados ao retorno das ameaças do confronto político e da violência.

Uma promissora agenda se anuncia, onde figuram não só a reativação do desenvolvimento econômico e da cooperação internacional, mas também a temática da garantia de todos os direitos humanos – políticos, econômicos e sociais –, da proteção concertada ao meio ambiente em nível planetário e do combate ao tráfico de drogas. Enquanto desaparecem as tensões no eixo Leste-Oeste, coloca-se com todo vigor a questão da definição dos novos lineamentos da ordem econômica internacional.

Preservam-se, por ora, as práticas e os mecanismos perversos de proteção comercial e de comércio administrado. As aberturas setoriais se fazem com rígida observância do princípio da reciprocidade, em detrimento das economias mais frágeis. É inquietante que o esforço no sentido da liberalização econômica e comercial conviva com a onda neoprotecionista. Com uma economia que se abre para o mundo, e na expectativa de que se estabeleça uma economia mundial aberta, o Brasil participa da Rodada Uruguai – nas negociações multilaterais em curso no GATT – confiante de que essas venham a corrigir as desordens e atrofias persistentes no comércio internacional.

O recurso aos subsídios à exportação e as medidas de apoio interno por parte de nações desenvolvidas têm atingido níveis exagerados, que prejudicam fortemente os países em desenvolvimento, capazes de aumentar o suprimento de produtos agrícolas ou agroindustriais ao mercado mundial. É deplorável que, com o arsenal protecionista hoje em uso no mundo desenvolvido, se oponham obstáculos à maior produção mundial de alimentos, num cenário de subnutrição que atinge boa parte da humanidade.

Esperamos resultados equilibrados em todas as áreas em negociação na Rodada Uruguai, que fortaleçam o multilateralismo e anulem tendências restricionistas. Não desejamos que se congelem disparidades entre o Norte e o Sul, nem que a livre competição continue a ser artificialmente frustrada.

No quadro das conhecidas dificuldades no interior das principais potências econômicas, e entre elas, abre-se o risco de que os megabloques não cheguem a pautar-se pelos interesses globais, pelo sentido de conjunto e pela lógica da abertura econômica, mas degenerem em verdadeiras “fortalezas” comerciais. Agravam esse panorama dois desafios. O primeiro se refere à absorção ordenada dos países do Leste Europeu no mercado mundial, sem que esse vasto e positivo processo perturbe as tradicionais correntes de comércio e investimento entre os países do Norte e do Sul, e sem que provoque novos traumas, agravando a já precária situação econômica dos países em desenvolvimento. O segundo deriva da persistência de radical desigualdade econômica entre as nações, fato que constitui um dos maiores obstáculos ao pleno desenvolvimento das forças econômicas e sociais em escala planetária.

A temática do desenvolvimento econômico e da cooperação internacional deve estar no topo da agenda multilateral.

No Brasil, estamos desenvolvendo um vasto e coerente programa de reformas sociais e econômicas, que, para ser implementado com rapidez, necessita agora do aporte de recursos externos, em termos favoráveis e em benefício mútuo. As medidas adotadas já estão levando à reversão de um quadro econômico que se pronunciava penoso, e criam condições para a retomada imediata da cooperação internacional com o Brasil.

A esse esforço, esperamos que respondam nossos principais parceiros desenvolvidos. Queremos aproveitar por inteiro esse momento no qual, em tantos domínios, o novo supera o antigo. O Brasil quer desempenhar, em todas suas dimensões, o papel que lhe cabe na construção das estruturas mundiais de paz e de cooperação.

A propósito, adotando em maio último a declaração sobre cooperação econômica internacional, esta Casa reconheceu, pela voz uníssona de seus Estados-membros, ser a revitalização da economia dos países em desenvolvimento o mais importante desafio da década que começa.

O Brasil persegue a eficiência econômica e deseja que a economia de cada país em desenvolvimento possa ser produtiva. Esse objetivo será alcançável se a economia mundial vier a organizar-se melhor, uma responsabilidade compartilhada por todos os países. A permanência da fome, a privação dos confortos mínimos e a extrema necessidade econômica em muitas áreas acabam por repercutir sobre o conjunto, por meios como a depredação do meio ambiente, a violação sistemática dos direitos humanos, a produção e o tráfico ilegal de drogas. Perturbam-se, assim, de forma desastrosa, as condições de vida e a consciência de todas as sociedades.

A última década, se foi propícia às liberdades públicas e ao pluralismo político, foi cruel e parcimoniosa para o desenvolvimento econômico. Esse, no entanto, é crucial para a consolidação das próprias instituições democráticas. O esforço gigantesco de tantos povos no mundo em desenvolvimento resultou anulado pela enorme e contínua transferência, para o exterior, de recursos essenciais ao investimento e ao crescimento econômico.

Impõe-se, como tarefa urgente e de central relevo para o futuro dos países em desenvolvimento, e da América Latina em particular, a solução definitiva para o problema da dívida externa. A recuperação econômica de nossos povos é imperativo incontornável, que não pode ser sacrificado. As iniciativas de estabilização e modernização da economia de países em desenvolvimento, e muito especialmente sua maior integração na economia internacional, estariam ameaçadas se mantido em seus contornos atuais o problema do

endividamento externo. Parece indispensável que um diálogo sério, franco e criativo nos traga soluções internacionais que permitam a retomada do crescimento e do desenvolvimento econômico.

Senhor Presidente,

O segundo grande tema da nova agenda internacional é o do meio ambiente.

Desta tribuna, convido o mundo a que venha ao Brasil em 1992, para a grande Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, talvez a mais importante reunião internacional deste século, pelo tema, de interesse vital para a humanidade, e pela participação esperada, mesmo no plano não-governamental. Convido todos os Chefes de Estado e de Governo a comparecerem a esse evento. O Brasil os espera de braços abertos.

Esse encontro permitirá que a preocupação genérica com o tema do meio ambiente se defina de forma precisa, e que se firmem acordos com base no sentido de responsabilidade compartilhada entre todos os atores internacionais. Para tanto, será preciso que os governos assumam suas responsabilidades e reexaminem seus objetivos. O Brasil está disposto a fazer sua parte, certo de que os demais países farão o mesmo.

Estamos enfrentando com energia os problemas ecológicos brasileiros. Apesar de sérias dificuldades econômicas, de graves problemas sociais, da enorme extensão de nosso território, o Governo e a sociedade já realizam no campo ambiental um esforço que não fica a dever ao de outros países. Enquanto cresce entre nós a vigilância ecológica, caminhamos para o zoneamento do país, em especial na região amazônica, para delimitar, de forma científica, as grandes áreas que devem ser integralmente preservadas e as que deverão servir, em diferentes graus e sob rigorosa disciplina, ao desenvolvimento econômico.

O Brasil, como os demais países em desenvolvimento, precisa ter acesso facilitado às tecnologias que permitem eliminar os danos ao meio ambiente e que se apresentam como ecologicamente seguras. Essas tecnologias devem ser empregadas em benefícios de todos os países. É urgente produzir, no plano internacional, condições financeiras que permitam sua aplicação, em termos competitivos.

Os países que, historicamente, mais contribuíram para a contaminação ambiental têm uma responsabilidade maior a esse respeito. Ao facilitarem a provisão dessas tecnologias e desses recursos, assumirão papel crucial na reversão do quadro de catástrofe ecológica que esta geração injustamente herdou. Não se trata de monopolizar ou concentrar benefícios, mas de espalhá-los o mais possível, e o espírito de equidade nos faz prever que os países de maior desenvolvimento econômico mais contribuirão com seus recursos para a correção dos problemas ambientais. Esta não deve, ainda que indiretamente, aprofundar o fosso entre países ricos e pobres. O que se impõe é maior solidariedade internacional na utilização de tecnologias modernas e de baixo custo.

Senhor Presidente,

Consciente de que a produção, o acesso e a utilização da tecnologia constituem novo e necessário paradigma econômico, o Brasil não pode deixar de manifestar profunda preocupação com as barreiras que ainda se erguem ao livre intercâmbio nesse decisivo domínio.

O que está em jogo é nossa própria possibilidade de integração ao núcleo dinâmico da economia mundial. Os países que subordinados estiverem no plano da tecnologia, subordinados hão de estar na nova divisão internacional do trabalho a ser definida pelo avanço tecnológico. As barreiras internacionais retratam a dureza de uma política que virtualmente marginaliza os países de industrialização tardia.

A preocupação do Brasil se explica não só por sua capacidade tecnológica – uma das mais elevada entre as nações em desenvolvimento – mas também por vivermos dentro de absoluta normalidade democrática, com instituições livres em pleno funcionamento, e um governo incondicionalmente fiel ao direito e às suas obrigações internacionais.

Não poderia, Senhor Presidente, deixar de referir-me à importância que ganha em nossa pauta comum à temática dos direitos humanos. Com o alastramento dos ideais democráticos, será cada vez mais incisivo e abrangente o tratamento internacional dessa questão.

O Brasil apóia essa tendência. Cremos mesmo que estamos às vésperas de um salto qualitativo a respeito. As afrontas aos direitos humanos devem ser denunciadas e combatidas com igual vigor, onde quer que ocorram. Neste campo, uma das minhas preocupações fundamentais é com a preservação da vida e dos costumes das comunidades indígenas do Brasil. Para tanto, meu Governo tomou medidas drásticas que constituem atitude de respeito absoluto e de proteção intransigente dos direitos de nossos índios.

A comunidade internacional muito poderá concorrer para que se criem condições mundiais de garantia do respeito aos direitos humanos em sua mais ampla concepção.

Impõem-se hoje novas obrigações a todos os países no sentido de assegurar maior liberdade de movimento internacional à pessoa humana, eliminação de todo resíduo discriminatório e proteção dos direitos dos estrangeiros. Os direitos humanos devem ser crescentemente entendidos em sua globalidade, sem distinções artificiais ou especiosas entre seus vários desdobramentos.

Senhor Presidente,

Todas as características da nova estrutura mundial apontam para o crescimento das Nações Unidas. Podem-se prever importantes mudanças institucionais na Organização, ainda antes de seu quinquagésimo aniversário, com o objetivo de refletir na diplomacia multilateral as realidades internacionais por toda parte emergentes.

O mundo não parou em 1945, e vem-se preparando, nesses últimos doze meses, para passar a nova etapa histórica. As Nações Unidas, em particular, estão revelando maior energia diplomática, embora, em certos casos, a renovada tendência dos membros permanentes do Conselho de Segurança à atuação em bloco não pareça, por si só, bastante para orientar a redefinição da nossa Organização e próprio Conselho.

Para que as Nações Unidas – o mais importante, senão o único foro político de âmbito universal – possam responder aos atuais desafios, será preciso retornar às intenções políticas originais da Carta, tantas vezes objeto de equívocos, mesmo em época recente. Desenha-se nelas um nítido equilíbrio entre as prerrogativas dos membros permanentes do Conselho de Segurança e a preservação da igualdade soberana dos Estados-membros. Este último e fundamental princípio deve ser observado no processo negocial de todos os órgãos das Nações Unidas, sem exclusão do Conselho.

Para que não se converta em fórmula estéril ou em disfarce de uma crise política mais profunda, o “novo multilateralismo” há de ser realmente inovador e atento ao imperativo da representatividade. As últimas semanas evidenciaram, de forma direta e dramática, não só a globalização do sistema das relações internacionais, mas também sua vulnerabilidade e sua instabilidade. Nunca como hoje, Senhor Presidente, a política e a diplomacia foram tão necessárias na esfera multilateral.

Na construção de novas estruturas políticas e econômicas, somam-se ao empenho na eficiência os crescentes reclamos de participação e justiça na ordem internacional. O empreendimento que une a todas as delegações nesta sala é, afinal, o encontro de uma modernidade que valha para todas as nações, e em que todos reconheçamos a face humana. O que desejamos é um mundo de paz, cooperação, prosperidade, construído sobre os princípios maiores do direito internacional, onde se desenhe no horizonte de nossos povos o melhor destino que tanto esperam, merecem, e hão de alcançar.

Que Deus nos ajude!

Nova York, em 24 de setembro de 1990.

## 7.2 Discurso na ABL:

### **Discurso de Posse: Ivo Pitanguy\_1990**

Senhor Presidente,  
Senhores Acadêmicos,  
Que minhas palavras iniciais sejam de admiração por aqueles que fazem da Literatura sua arte maior.

Picasso dizia que há dois tipos de artista: “aquele que faz do sol uma simples mancha amarela e o que de uma simples mancha amarela faz o sol”. Creio que escritor é quem transforma manchas amarelas em sóis: tanto é iluminado quanto ilumina. Tem luz própria. O escritor sabe, como Shakespeare, que palavras sem pensamento não vão para o céu - não alçam vôo.

Deve, então, haver uma intimidade entre o pensamento e a palavra, de tal maneira que esta, plena da força do pensar, possa se fazer bela e acordar os homens, o mundo. O escritor é capaz disto: através da palavra, possibilitar o acesso ao belo da vida, à beleza essencial que habita o coração de todos os seres, de todas as formas.

A beleza é uma forma de verdade, ou será a própria verdade? Julgo só ser possível atingir a verdade a partir do belo.

Acredito que nada é mais difícil do que conceituar a beleza. Parece-me impossível defini-la, enquanto sinto tão fácil reconhecê-la quando a vejo.

A beleza das formas belas leva à consideração das almas belas. O belo das almas impulsiona a contemplação da beleza. Desta, ao reconhecimento do belo da ciência, até que se chega ao oceano da Beleza que, em seus múltiplos aspectos, permite conceber belos discursos e pensamentos. O espírito, elevado, toma posse de uma sabedoria única – a da Beleza, a do conhecer o “belo em si próprio - perfeito acordo entre conteúdo e forma”.

É esse acordo que a Academia faz aparecer a cada momento, tornando a palavra mais bela, o pensamento mais lúcido, o sentimento mais profundo.

Nasci em Belo Horizonte, filho de Antônio de Campos Pitanguy, humanista e cirurgião geral, e de Maria Staël Rabello Jardim. Guardo de meus pais uma lembrança tão viva que não consigo falar deles no passado. Meu pai, entusiasmo e alegria. Minha mãe, sonho e harmonia.

Belo Horizonte, cidade cheia de árvores e de um ar muito puro. São recordações que ficaram muito presentes – de uma rua que se inclinava para cima, uma casa grande num quintal cheio de mangueiras e uma biblioteca do lado direito de quem entrava, ocupando nobre área. É ali que me lembro mais de meu pai, junto de minha mãe, para nos contar coisas à noite, despertando nossa curiosidade para o mundo.

Em Minas, dentre tantos outros amigos queridos, estavam Otto Lara Resende, Fernando Sabino, Paulinho Mendes Campos, Hélio Pellegrino, Paula Lima, Marco Aurélio Matos. Gostávamos muito de ler e tínhamos nossos sonhos literários; eles continuaram no caminho das Letras, enquanto eu trilhei o das Ciências Médicas.

Eu me sentia dentro de um círculo de afeto, onde o ar, povoado pelas idéias e pelos sonhos, se deixava perfumar com o aroma das árvores em flor e de um jasmineiro, perto da escada. Os mesmos sonhos de minha mãe, que fora criada num ambiente de amor, elevados valores morais e de uma refinada intelectualidade, característica da Diamantina do princípio do século. Este amor e valores universais ela os transmitiu aos filhos. Aos seus cinco filhos ela ensinou que não se pode viver sob o Signo do Medo e muito menos sob o Signo da Morte e, para expressar esta sua máxima existencial, ela nos citava o imperador Marco Aurélio:

Tudo fazer, tudo dizer, tudo pensar  
como uma pessoa que a cada instante  
pode deixar a vida.

Minha querida mãe está aqui a nosso lado, presente com seu espírito jovem, e, ao lado dela e de todos nós, meu querido pai.

Fomos criados na certeza de que as pessoas não morrem - “ficam encantadas”: se elas deixam em torno de si uma aura de bondade, esta continua se refletindo como se estivessem



presentes. Sem dúvida, este momento de amizade, esta festa de espírito e coração, pertence muito a eles: a meus pais; a meus irmãos - Ivan, Yvette, Yedda Lúcia e Jacqueline; a minha querida Marilu - doce companheira de jornada - e a nossos adoráveis filhos - Ivo, Gisela, Helcius e Bernardo.

Senhores Acadêmicos,

Vossa generosidade, recebendo-me como companheiro nesta Casa - tendo eu a vos oferecer apenas a minha intensa e, por vezes, quixotesca luta pelo ensino e pela difusão do ramo da medicina que abracei - é homenagem que recebo com humildade e alegria. Humildade na alma e alegria no coração.

Vós, que cultuais o saber e a perfeição da forma através do exercício do gênio, me ensinastes a cultivar o constante respeito à força criadora da palavra, veículo do pensamento - vida -, harmonia e estética.

A palavra cria elos para a memória coletiva, define e registra referenciais imprescindíveis aos processos histórico-culturais da humanidade, principalmente neste final de século, quando a revolução científica e tecnológica parece ameaçar centos valores do espírito, em seu avassalador e vertiginoso relativismo.

Mas o culto à inteligência, à sensibilidade e à memória dos grandes vultos que iluminaram a humanidade com seus passos, seus questionamentos e revisões, nos faz prosseguir na procura de idéias novas, na busca de outras formas, cada vez mais harmoniosas, de convivência social, no exercício crítico do pensamento individual e na identificação da criatividade em seus diferentes aspectos formais.

Penso que qualquer conhecimento pressupõe a responsabilidade de sua transmissão, para que ele não venha a se estagnar, quebrando o ciclo histórico da memória coletiva. Os mecanismos de troca, o intercâmbio permanente e franco, tornam o receber tão importante quanto o dar. E, nesse processo de entrelaçar tempos e conquistas, a palavra, obstinadamente, vai, ao mesmo tempo que representando o realizado, tecendo as utopias.

Senhores Acadêmicos,

Recebo com viva emoção a honra que me conferistes, mas observo que esta Casa, em sua tradição de cultura, vem abrigoando médicos bem mais ilustres do que eu.

Como sabeis, a Medicina é muito absorvente, como já o disse aqui Deolindo Couto:

Tendes, agora, o médico, que não poderia disfarçar a quase exclusividade de sua condição, e nem jamais pretendeu fazê-lo, escravizado, como é, a uma atividade, no seu egoísmo, dominadora. Rejubila-me testemunhar que a Academia, sensível à influência das várias

correntes do pensamento e da expressão, preserva, contudo, normas inseparáveis da sua essência, entre elas a de recrutar elementos nas diversas áreas culturais.

A sólida cultura humanística e científica de Carlos Chagas, amigo tão querido, impressiona-me hoje, como há tantos anos passados, quando eu, ainda estudante, o conheci na Praia Vermelha.

Carlos Chagas, quando embaixador na Unesco, desempenhou missão de relevante importância para o desenvolvimento da ciência no Brasil. Exerceu com brilhantismo, durante 16 anos, a Presidência da Academia Pontifícia de Ciências, para a qual fora nomeado por Sua Santidade o Papa Paulo VI. Carlos Chagas deu ao nosso País posição universal, sem perder a simplicidade e a doçura próprias dos grandes homens.

Sua generosidade pode ser sentida, percebida em todos os aspectos: no lado familiar, no culto aos amigos. A seu lado a figura extraordinária de Annah: juntos fizeram de sua casa um fórum de amor e amizade. Este lado familiar resplandece em todos nós que temos o privilégio do seu convívio.

Fiel à grandeza de sua tradição familiar, transmitiu e transmite a seus discípulos a importância da continuidade do ensino para a consolidação da pesquisa científica. A ele, toda uma geração de pesquisadores deve não só a formação, mas também o entusiasmo pela ciência.

Quero ainda me referir a Afrânio Coutinho que, embora dedicando seu talento exclusivamente às Letras, é também médico diplomado desde os 20 anos de idade. E, se tivesse Afrânio exercido a Medicina, teria, certamente, emprestado à nossa profissão brilho igual ao que sempre trouxe e continua a dar à literatura.

Os progressos da ciência, assegurando uma vitória cada vez mais forte da inteligência sobre o mundo material, se traduzem por uma espécie de ascensão na direção do Espírito, ligada a uma tendência profunda da evolução da vida.

Por certo, como já dizia Pasteur, “pouca Ciência afasta o homem de Deus; muita, o aproxima.”

Senhores Acadêmicos,

Homens sábios e pródigos na difusão de seu saber me precederam nesta Cadeira que ora passo a ocupar. Se, por sua grandeza, deles me distancio, a eles me liga íntima e profundamente o mesmo desejo de transmitir nossos conhecimentos, nossas verdades.

A história de um povo ou de uma nação não é feita, apenas, com fatos e ilações, mas sobretudo com exemplos. Exemplos que uma geração recolhe nas gerações precedentes,

para acrescer a esses paradigmas as suas próprias lições, com espírito de continuidade harmoniosa – disse Josué Montello.

Continuidade, diria eu, no respeito preservador, mas também na defesa da liberdade criativa e enriquecedora que faz o conhecimento prosseguir além das fronteiras encontradas.

Senhores,

José Bonifácio o Moço é o patrono da Cadeira número 22. Escolheu-o Medeiros e Albuquerque, um dos idealizadores desta Academia, guiado pelo entusiasmo e pela coragem cívica desse grande brasileiro, em sua luta eloqüente pela permanência dos ideais de liberdade, deixando-nos clara sua veneração por aqueles que conservam até o fim, erguida e soberana, a bandeira de seus ideais.

Castro Alves sentiu arder em José Bonifácio o Moço a mesma chama que lhe inspirava o verso, ao ouvi-lo, junto com toda uma plêiade de outros jovens, entusiasmados pelas causas progressistas que nosso patrono corajosamente defendeu, com brilho, até a morte.

A redenção de toda uma raça motivaria Castro Alves a um brado de revolta, dirigido a outro Andrada:

Levantai-vos, heróis do Novo Mundo!  
Andrada! Arranca esse pendão dos ares!  
Colombo! Fecha a porta de teus mares!

Medeiros e Albuquerque foi convicto adepto da República. Seu hino de louvor é a prova concreta de seu entusiasmo e admiração pelo movimento renovador. A multiplicidade de seus interesses proporcionou-lhe uma vasta temática, consolidando seu talento de escritor, de político e de jornalista.

Foi educador criativo e divulgador de idéias e acontecimentos de seu tempo. Seu espírito pioneiro tornou vivas entre nós as inovações ocorridas na literatura mundial, como as obras de Verlaine, Rimbaud e Mallarmé.

Era curioso, obstinado, não se deixando levar por uma idéia sem interrogá-la, sem pesquisá-la mais a fundo. Na Europa, se interessou por Medicina, não tendo nem o hipnotismo escapado à sua curiosidade. No Brasil, foi o precursor da doutrina de Freud.

Humberto de Campos descreve-o como escritor irreverente e infatigável, apaixonado pela vida moderna, pelo progresso, pelas atividades vertiginosas do século. Seria incapaz de louvar um jangadeiro que viesse do Ceará ao Rio, ou um andarilho que atravessasse o Saara, porque no reinado do avião e do automóvel, lhe parecia idiota que alguém fizesse menos quando todo o mundo fazia mais. Tinha a coragem, hoje rara, de voltar-se contra a multidão, e contrariá-la unicamente para ficar de acordo consigo mesmo.

Medeiros e Albuquerque buscava, no fervilhar da originalidade, o ponto central da construção de seu pensamento. Representava, na concepção de Miguel Osório, o artista que, diante de um universo muito explorado, procura fazer algo de novo, de original.

Senhores,

Ao evocarmos Miguel Osório de Almeida, encontramos toda uma vida dedicada à ciência e ao ensino. Um homem cujo humanismo, no dizer de Barbosa Lima Sobrinho, não era aquele do Renascimento, preocupado com a restauração de velhos modelos, mas sim um humanismo universal, fundado na convicção de que o progresso da humanidade deveria resultar de uma colaboração mais íntima de todos os espíritos sobre uma base de sentimentos comuns.

Sua experiência e sua reflexão foram sempre orientadas pela necessidade compulsiva de apreender os fenômenos da natureza.

Miguel Osório iniciou sua vida profissional com o irmão Álvaro, num laboratório montado em sua própria casa. Carlos Chagas, que os considera, a justo título, os pioneiros da Fisiologia no Brasil, conta-nos como os dois irmãos eram diferentes:

Álvaro era sisudo, pouco afável, ainda que tivesse a boa educação dos homens brasileiros que ainda recebiam a aragem da Corte Imperial; possuía extraordinária memória - que só apresentava quando necessário - e uma invejável cultura biológica. Miguel Osório, ao contrário, era jovial, de grande atração, seja pela aparência física, onde seus olhos claros combinavam com o seu sorriso alegre -, seja de suas intervenções.

Tendo assistido Miguel Osório pronunciar uma conferência sobre o cérebro no Palais de la Decouverte, em Paris, Carlos Chagas comenta o entusiasmo de um cientista francês que lhe disse nunca ter ouvido uma exposição tão clara em um francês tão perfeito.

Sua obra científica foi fecunda e mundialmente conhecida, tendo sido laureado com o Prêmio Sicard da Faculdade de Medicina de Paris pelo trabalho “Teoria da Excitação ou Estado de Excitabilidade Nervosa”.

Miguel Osório, em seus Ensaios, Críticas e Perfis, entre outras figuras, traz-nos a de Axel Munthe. Se, por um lado, Miguel Osório se identifica com Axel Munthe, como fino observador da natureza humana, por outro, mantendo sua consciência crítica, observa que no grande escritor e médico sueco a emoção impediria conclusões científicas mais frias e consolidadas. Em Axel Munthe se sente a margem da indecisão, a faixa imprecisa que mal a separa do sonho, fundo de misteriosa penumbra, os pontos claros, cercados de um halo brandamente iluminado.

No Adeus da Academia a Miguel Osório, Austregésilo de Athayde enfatizou que:

este homem de ciência, entregue aos labores da pesquisa, era, ao mesmo tempo, um escritor dos mais interessantes da nossa atualidade literária;... no convívio acadêmico, nas sessões privadas do Petit Trianon, revelavam-se plenamente a cultura de Miguel Osório, os recursos de sua inteligência apurada no conhecimento das letras nacionais e estrangeiras, o seu gosto pela suave, ironia, o nível superior do seu espírito.

Senhores,

Nesta Cadeira, sucedo com grande humildade à extraordinária figura de Luís Viana Filho.

Era Luís Viana Filho governador da Bahia quando tive o prazer de conhecê-lo pessoalmente. Guardo, até hoje, indelével, a impressão que me causou. Senhorial e afável, sua maneira suave e firme deixava transparecer a profundidade do espírito desse incansável trabalhador da idéia e da forma. Personalidade difícil de ser definida, não pela falta, mas sim pelo excesso de qualidades.

Pouco antes deste encontro, eu havia recebido um precioso legado de uma legítima representante da linhagem real africana iorubá. Refiro-me à Mãe Senhora, cuja dignidade atraiu para o candomblé artistas e intelectuais encantados pela beleza e magia de sua pessoa.

Jorge Amado, que se achava presente, assim relembra, com carinho e amizade, este acontecimento:

Já não recorro a data precisa, não posso garantir quantos anos já se passaram – uns vinte, quem sabe? O tapeceiro Genaro de Carvalho, grande artista da Bahia, Obá de Xangô no terreiro de Axé do Opô Afonjá, por fim entregou a Ivo, na presença de Nair e Marilu, o colar enfiado e lavado por Mãe Senhora, para ser usado pelo Ogan, quando fosse confirmado. Aconteceu na Casa de Alagoinhas, em Salvador, casa de Zélia, minha e de nossos amigos. Creio que Ivo ainda possui o colar de Mãe Senhora, que Genaro lhe pendurou no pescoço, cumprindo o compromisso. Uma oferenda do povo, bela e mágica.

Brasil, terra cheia de magia, feita de seus habitantes anônimos de ontem e de hoje - de sua população miscigenada e dos sincretismos religiosos - da mistura dos heróis universais com nossos mitos acirrados de brasilidade - de seus poetas, seus sábios e seus homens públicos que com seus pensamentos e ações escreveram nossa História.

Se, na dimensão poética, se inscreve o sonho, o vôo, é na História que se configura a consciência de um povo.

Por certo, disso sabia Luís Viana Filho, que, professor de Direito Internacional, jamais abandonou o hábito da pesquisa histórica, apesar de sua intensa atividade legislativa e executiva, que sempre exerceu com a grandeza própria dos verdadeiros homens públicos.

Seu fascínio pelo ser humano e seu mundo interior levaram-no a enveredar pelo universo da biografia. “Nada - disse Luís Viana Filho - interessa tanto ao homem quanto o próprio homem, que continua a ser a medida e a razão de tudo.”

Identificando-se com Rui Barbosa, em seu ideal de liberdade, e com as admiráveis personalidades de Nabuco e Rio Branco, reuniu-os, mais tarde, neste marco da historiografia brasileira que é a obra sobre estes três estadistas.

O grande biógrafo por certo considerou que, se o homem é a sua História, a Pátria é feita por seus homens.

O valor isolado de cada uma dessas biografias cresce e se multiplica quando as tomamos em conjunto, como resultado do entrelaçamento dos destinos que Luís Viana Filho estabeleceu ao estudar as vidas de três figuras, que animadas pelos supremos ideais de Justiça, Paz e Liberdade, dedicando suas existências ao engrandecimento da nacionalidade, marcaram nossa História.

Conduzidos pelo estilo refinado de sua narrativa, sempre assentada em pesquisa laboriosa e na busca incansável da exatidão histórica, os leitores dessas verdadeiras obras de arte vivem e respiram os ares que cercaram as quadras turbulentas da vida nacional, na segunda metade do século passado e no começo deste século: nossas reiteradas intervenções no Prata, a Guerra do Paraguai, a Abolição, o ocaso da Monarquia, o advento e os primórdios da República, as irresolvidas questões de fronteiras, nas quais Rui, Nabuco e Rio Branco atuaram e inseriram, de maneira gloriosa e imorredoura, suas participações na história pátria.

Poucas nações poderiam envaidecer-se de apresentarem, contemporaneamente, uma tríade de estadistas de tamanha fulgurância e excelsa magnitude, segundo nos ensina Mestre Viana em sua admirável trilogia.

Luís Viana Filho incluiria em sua galeria de homens públicos a importante biografia de Castello Branco, mas sua multiplicidade de interesses o fez também nos revelar a vida de três grandes escritores - Machado de Assis, José de Alencar e Eça de Queirós. Trouxe-nos, ainda, Anísio Teixeira, o notável educador que marcou nossa geração.

O biógrafo deve ter, antes de mais nada, a capacidade de admirar: é isto que lhe confere dimensão. Luís Viana Filho, ao recriar seus personagens em sua força de vida, elegeu aqueles que sua sensibilidade instintivamente acolheu.

Montaigne já dizia que a admiração é o fundamento de toda filosofia, “revela a alma despida de egoísmo. A alegria de encontrar na grandeza do outro não parcelas da própria grandeza, mas da condição humana.”

Luís Viana Filho ama e admira o ser humano, o que demonstra, uma vez mais, quando escreve sobre a vida de Machado de Assis: tão explicado e tão inexplicado, surgindo em

época e lugar surpreendentes, com uma originalidade e grandeza espantosas. Um Machado múltiplo, um Machado de alma inteira. Leva-nos a percorrer em suas páginas o cotidiano de Machado, as inquietudes conjunturais e estruturais de seu espírito e o processo de transferência de suas contradições pessoais para seus personagens. Avesso a situações e a climas polêmicos, Machado, com sua obra, suscita controvérsias, e, com Brás Cubas, chega a causar perplexidades e indagações hamletianas.

O que é Brás Cubas?

Machado, como lembra Luís Viana Filho, definira esta obra com as palavras de seu personagem maior:

Obra supinamente filosófica, de uma filosofia desigual, agora austera, logo brincalhona, coisa que não edifica, nem destrói, não inflama, nem regela, e é todavia mais do que passatempo e menos que apostolado.

Mas, apesar disso, Capistrano de Abreu, tanto como Hamlet, vacilava no julgamento: Que era Brás Cubas? Para Luís Viana Filho, era a floração do desencanto.

Machado, perplexo com a inaceitação de Memórias Póstumas de Brás Cubas, quer abandonar a pena; entretanto, no prólogo de uma nova edição admitia:

Há na alma deste livro, por mais risonho que pareça, um sentimento amargo e áspero, que está longe de vir dos seus modelos.

Por certo, vinha da vida, disse Luís Viana Filho.

Surge Dom Casmurro ao despontar do nosso século.  
“Que era Dom Casmurro?” - pergunta Viana.

Certamente uma experiência proustiana de Machado em busca do tempo perdido que, ao envelhecer, como um Fausto malogrado, tentara restaurar na velhice a adolescência. Desta busca do tempo perdido emerge Capitu, possivelmente a maior dos personagens femininos de Machado. E ele, tal como Bentinho, não alcançara “atar as duas pontas da vida”.

Flor de sombra, Machado, recatado, viveu tentando esconder-se nos romances que lhe deram a glória. Talvez por isso tenha sido freqüentemente julgado sem generosidade, acreditando-se ser ele apenas frio e indiferente dissecador de almas, que não provara o leite da bondade humana. Esqueciam-se da face oculta, na qual se abrigou o verdadeiro Machado de Assis, compreensivo, tolerante, pronto para perdoar, sensível ao sofrimento humano.

Luís Viana Filho, em A Vida de José de Alencar, preferiu, ao invés da análise literária, trazer-nos o romance, cujo personagem principal é o próprio José de Alencar.

Não se depreenda, porém, deste comentário, que tenha Luís Viana Filho romanceado. Ele, como em suas outras biografias, foi o mesmo pesquisador rigoroso e incansável. Mas foi também o escritor que, ao narrar os fatos, o fez com graça e desenvoltura.

Conta-nos que Machado de Assis jamais esquecerá o dia em que conheceu Alencar:

A sensação que recebi no primeiro encontro pessoal com ele foi extraordinária; creio agora que não lhe disse nada contentando-me de fitá-lo com os olhos assombrados do menino Hene a ver passar Napoleão.

Nunca mais eles se separariam. A admiração continuou, porém sem o olhar mítico de outrora, permitindo a Machado captar toda a grandiosidade humana de Alencar:

Nenhum escritor teve em mais alto grau a alma brasileira. E não é só porque houvesse tratado assuntos nossos. Há um modo de ver e de sentir, que dá a nota íntima da nacionalidade, independente da face externa das coisas. ...nosso Alencar juntava a esse dom a natureza dos assuntos, tirados da vida ambiente da história local. Outros o fizeram também; mas a expressão do seu gênio era mais vigorosa e mais íntima.

Ao revelar-nos Eça de Queirós, Luís Viana Filho o faz com uma tal cumplicidade que nos deixa transparente como lhe deve ter sido prazerosa a leitura do mestre do realismo português.

Também, qual de nós não se deixou algumas vezes se envolver pelas páginas impregnadas de sua ironia cáustica, por aquele seu jeito espirituoso com que, ferinamente, retratou a sociedade pequeno-burguesa, satirizando seus valores socioculturais?

Quem dentre vós não se lembra daquele seu ceticismo quase agressivo e de sua ousada linguagem, saboreadamente adverbial na fixação das situações sociais e dos personagens?

Sim, por certo foi também muito agradável a Luís Viana Filho a leitura de Eça de Queirós e, ao recriar sua figura, ele o fez sem dissociar do escritor o ambiente que o envolvia, levando-nos a conviver com Eça na Inglaterra, na fria e escura New Castle, na sua adorada e borbulhante Paris, onde Eça desempenhara suas funções de cônsul.

O biógrafo recorda a posição de Eça no caso Dreyfus deixando-nos bem definida a luta contra a alienação, a hipocrisia, o obscurantismo:

Eça participa de todos os movimentos e se posiciona, corajosamente. Acompanha o pensamento político e literário em todo o mundo.

Apoiando-se em narrativa de Olavo Bilac, nos conta que “Eça de Queirós sabia de cor o incomparável delírio de Brás Cubas e gostava de declamá-lo pausadamente, com inflexões estudadas”.



Mas, incansável, Luís Viana Filho deixa-nos ainda um último e precioso legado: a biografia de Anísio Teixeira, seu amigo fraterno.

Ao contextualizá-lo, transmite-nos sua própria contemporaneidade, que é a de todos nós, lembrando-nos, portanto, fatos que testemunhamos na luta heróica deste grande homem simples, que manteve sempre o entusiasmo pela formação dos jovens, aos quais dedicou toda a sua vida.

Conta-nos que, desde o Governo de seu pai, quase nada se fizera no campo da educação na Bahia. “Anísio sacudiu-a com a fé de um missionário.”

Inicialmente, elaborou amplo projeto, transformando em Lei em 1925, para modernizar e ampliar o ensino, cuja filosofia contrariava a Escola única então em grande voga. Enquanto em São Paulo se defendia a alfabetização em massa, este projeto tratava de inserir qualidade no objetivo meramente quantitativo.

A divulgação do conhecimento, do ensino, foi também grande preocupação do meu antecessor. E, em Anísio Teixeira, Luís Viana Filho deixou transparente esta sua preocupação. A Anísio interessava muito forma e o conteúdo a serem transferidos aos estudantes. Suas idéias sobre educação nortearam e continuam a orientar, até hoje, nossos educadores.

Anísio Teixeira, em seu discurso sobre a função da Universidade, pronunciado no Rio de Janeiro em 1935, enfatiza que o objetivo da educação é formular intelectualmente a experiência humana, sempre renovada, para que a mesma se torne consciente e progressiva. Difundir a cultura humana com inspiração, enriquecendo e vitalizando o saber no passado com sedução, a atração e o ímpeto do presente.

Anísio levou suas idéias para todos os fóruns em que esteve presente, procurando continuamente uma Educação de qualidade, deixando em seus pares a certeza de que, em sua figura amena, havia a inequívoca força dos grandes lutadores. Isso podem certamente testemunhar Deolindo Couto, Abgar Renault e Josué Montello, seus companheiros no Conselho Federal de Educação. Luís Viana Filho traz-nos o belo testemunho de Montello sobre Anísio Teixeira:

Ele não meditava para falar: a própria fluência verbal era em si o ato de pensar, com a palavra gerando a frase ajustada à lógica de uma estupenda ordenação expositiva. Era como se estivéssemos diante de uma forja incandescente a abrir-se em faíscas. E tudo aquilo era novo, com a força da criação definitiva.

Senhores,

Intensa foi a busca de Luís Viana Filho para trazer, à perenidade, a lógica dos fios perdidos da História.

Em sua gestão à frente do governo do Estado da Bahia, teve atuação coerente com sua personalidade de pesquisador da história do seu povo.

Guardião implacável dos marcos e traços do passado, resguardou da destruição um dos mais importantes engenhos do Recôncavo - o Engenho Freguesia - com capela e casa conjugados, remanescente do ciclo da cana-de-açúcar. Para preservá-lo, criou o Museu do Recôncavo Wanderley Pinho, onde, com riqueza de material etnográfico, inscreveu uma síntese das mudanças pelas quais veio passando a Bahia desde a época do descobrimento até nossos dias. Abriu-o à visitação pública, deixando assim que o povo compartilhasse desta lição de história.

As manifestações artísticas mais importantes nas artes plásticas Luís Viana também reuniu e tratou de preservar, deixando-as expostas para que muitos pudessem, através de sua apreciação, conhecer a arte, e arte feita pelos artistas baianos.

Criou bibliotecas no interior e a grande Biblioteca Central do Estado da Bahia, para a qual doou valiosa coleção dos sermões do Padre Antônio Vieira, fazendo gravar, na placa comemorativa de sua inauguração:

Construída para preservar e aprimorar nossa cultura, esta biblioteca será permanente instrumento a serviço da democracia e do desenvolvimento. Somente os povos que amam os livros aprendem a amar a liberdade e ambicionar o progresso.

O espírito universal de Luís Viana Filho permitiu-lhe conduzir à vida política seus méritos de intelectual, demonstrando, com sabedoria, como é possível a ambas as atividades caminhar em harmonia.

Se a vida pública ensinou-lhe coragem e eloquência, mostrou-lhe também como sabiamente abster-se de entusiasmos excessivos, brotados da emoção de um só acontecimento. Vivendo os fatos em sua sucessão, discernia-os com a lógica de sua inteligência analítica, a um só tempo, como observador e co-participante da história política contemporânea, jamais se afastando do homem de cultura. O escritor Luís Viana Filho deu a seus heróis um profundo toque humano.

A querida Rachel de Queiroz, que tão bem sabe penetrar o reino das palavras, resgatando-as em seu vigor poético, assim nos fala de Luís Viana Filho:

Luís conseguiu fazer biografias de uma grande perfeição de fatura, de uma grande dignidade de composição, e de, principalmente, uma grande riqueza de informação, sem chegar jamais ao minuendo, à insinuação malevolente e sem também chegar ao exagero das biografias laudatórias, que são, em geral, abomináveis, porque partem daquele parti pris, a favor, que sempre incompatibiliza o leitor.

Mestre Viana retirou da convivência com a história de seus biografados o lado mortal, finito. Mas, certamente, guardou e transmitiu o infinito do legado de cada um deles. Ao analisá-los, percorreu os vários platôs que seus heróis habitavam; juntos, galgaram a longa espiral da vida e, ao conhecê-los, tão intimamente, delineou com exatidão seus perfis.

A biografia torna possível ver-se o homem na escada da História. Ao olhar de Luís Viana Filho jamais faltou a argúcia dessa mobilidade. Não lhe escapou, também, na vida pública, a necessidade de mover-se - avançando e recuando como fazem os rios que buscam a imensidão dos oceanos - para transformar em realidade as utopias que projetou.

Senhores Acadêmicos,

O ramo da Medicina que abracei coloca-me face a face com o ser humano em busca permanente de identificação com sua própria imagem.

Em contraposição à ortodoxia universal da forma, as diferenças de raça e de cultura geraram, na pluralidade geográfica e temporal, a diversidade conceitual estética.

Cada raça possui seu próprio conceito de beleza, que sofre mutações com as idiossincrasias e filosofias de cada época. E, ainda dentro de uma mesma raça, cada ser humano tem seu próprio conceito, conforme seu temperamento, cultura e sensibilidade, a determinar sua forma particular de perceber, conceber, de sentir o mundo, de raciocinar e julgar.

Por maior que seja sua compreensão de harmonia, de beleza, o cirurgião está diante de uma grande limitação quando comparada à do pintor, do escultor e do poeta, para os quais o espaço não está restrito em relação ao que sua criatividade pode traduzir. Somos escravos da forma e da anatomia, e muitas vezes sentimo-nos frustrados, pois, lidando com o ser humano, o acrescentar e o retirar estão mais sujeitos às leis do próprio corpo do que à nossa força criativa.

Além de enfrentarmos tais limitações de ordem anatômica, encontramos-nos diante de um ser que pensa, que se interpreta - que escolhe seu Deus.

O ser humano é o seu corpo.

Seu corpo é sua forma de estar no mundo.

A expressão corporal indica, tanto ao cientista quanto ao artista, os movimentos da alma.

A energia, envolvida em todos os processos vitais, segue seu trajeto natural, através do labirinto hermético do corpo, até encontrar um obstáculo.

A quantidade de energia que um indivíduo usa, e o como ele a usa, denunciam-no e se refletem na sua personalidade. Também é assim nos processos sociais e psicossociais.

Captar os bloqueios energéticos - soluções de continuidade em seu necessário fluir - e resolvê-los é tarefa por vezes difícil, mas sempre necessária.

Como na análise do corpo político-social, também os estudiosos do indivíduo - em seu complexo psicossomático - buscam arrancar da natureza humana alguns de seus segredos.

Como o pintor prepara sua tela, suas tintas, o escultor sua pedra, devemos preparar o ser antes de nele intervirmos.

O corpo lúcido toma iniciativas, inclui-se na decisão.

Senhores,

Hoje, quando os meios de comunicação promovem a difusão da informação de maneira agudamente intensa e extensa, mesmo populações assentadas nos mais ermos locais são atingidas em seus núcleos, onde, antes, eram guardados intactos seus conceitos próprios de vida. E a informação, porque excessiva e vertiginosa, interfere na percepção e na emoção e se infiltra como um elemento de ruptura das estruturas conceituais do grupo, gerando sonhos impossíveis. Tal fenômeno cria no indivíduo o desejo de ser semelhante não mais a seu próximo, mas sim a este ou àquele grupo, cuja supremacia econômico-cultural lhe impõe sua própria imagem.

Entretanto, o que há de mais extraordinário, de mais belo no ser humano, é a diversidade, é sua pluralidade estética.

Na sua longa caminhada desde os tempos mais remotos até os dias de hoje, o homem sempre procurou a identidade com o seu par, com sua tribo, com seu grupo social. Ele jamais desejou ser diferente na medida em que tal diferença implicasse distanciamento do seu grupo. Sua conceituação de beleza esteve sempre mais ligada à semelhança com os seus pares; nas características pertinentes e seu núcleo encontrou maior harmonia.

A experiência adquirida, lidando com pacientes de vários núcleos, latitudes diversas, grupos sociais distintos, me ensinou que o sofrimento é o mesmo: o ser humano é um só e o bem-estar, na sua intimidade, não é apenas a consequência do sentido de saúde orgânica, é muito o sentido de conviver em paz e tranqüilidade com a sua imagem.

Não poderia, com essas convicções tão verdadeiras, deixar de ressaltar o que julgo ser o mais importante em toda a nossa carreira: o ensino e a divulgação de nossa especialidade, formando profissionais capazes de levá-la aos mais remotos territórios do nosso País e de tantos outros no mundo, tornando-a mais acessível a todas as camadas sociais.

O campo do conhecimento que escolhi encerra uma finalidade transcendente, que é a tentativa de harmonizar o corpo com o espírito, a emoção com a razão, visando estabelecer

um equilíbrio interno que permita ao indivíduo reencontrar-se, reestruturar-se, para que se sinta em harmonia com sua própria imagem e com o universo que o cerca.

Luís Viana Filho viveu em plena harmonia com os valores mais elevados de nossa época. Por sua dignidade humana, pela dimensão de sua obra, pelas lições de desprendimento e devoção à causa pública, representa estímulo constante à preservação dos mais nobres ideais de vida.

Luís Viana Filho legou-nos essa lição de inteireza: a medida exata, sem excesso ou falta.

Senhores Acadêmicos,

Agradeço a honra que me haveis concedido recebendo-me nesta Casa, onde a harmonia e o espírito convivem na força de vossos ideais.

Muito obrigado.

# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)